



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

PATRÍCIA DE CARVALHO SILVA MARTINS

**A CONSTRUÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO
ESTADO DA PARAÍBA.**

JOÃO PESSOA - PB
2015

PATRÍCIA DE CARVALHO SILVA MARTINS

**A CONSTRUÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO
ESTADO DA PARAÍBA.**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, área de concentração Política Social, linha de pesquisa Estado, Direitos Sociais e Políticas Sociais para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

ORIENTAÇÃO

PROFESSORA DOUTORA MARINALVA DE SOUSA CONSERVA

JOÃO PESSOA – PB
2015

M388c Martins, Patrícia de Carvalho Silva.

A construção da vigilância socioassistencial no estado da Paraíba / Patrícia de Carvalho Silva Martins.- João Pessoa, 2015.

125f.

Orientadora: Marinalva de Sousa Conserva

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA

1. Serviço social. 2. Assistência social - gestão política. 3. Vigilância socioassistencial. 4. Política Nacional de Assistência Social. 5. SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

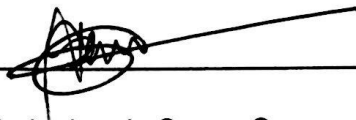
UFPB/BC

CDU: 36(043)

PATRÍCIA DE CARVALHO SILVA MARTINS

**A CONSTRUÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO
ESTADO DA PARAÍBA.**

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Marinalva de Sousa Conserva
(Orientadora)
UFPB/PPGSS



Profª Drª Maria do Socorro Vieira
(Examinador Interno)
UFPB/PPGSS

Profª Draª Dirce Koga
(Examinador Externo)
PEPGSS/PUC-SP

CONCEITO _____

APRESENTADO 24 / 04 / 2015

JOÃO PESSOA - PB
2015

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus por ter me concebido a oportunidade, a sabedoria, a dedicação e o esforço para ingressar e concluir o Mestrado Acadêmico em Serviço Social, antes um sonho, hoje uma realidade.

Agradecer a minha mãe e ao pai que me proporcionou o essencial e primordial para que pudesse enfim fazer parte do mundo acadêmico e realizar o sonho de ingressar no mestrado e obter o almejado título de Mestre em Serviço Social.

Agradecer aos meus familiares em geral, que mesmo com toda a correria, sempre estiveram ao meu lado.

Agradecer ao meu amigo, noivo e companheiro, que suportou todos os momentos de falta de paciência e correria na construção desse meu projeto de vida estando sempre ao meu lado.

Agradecer aos meus colegas de turma, principalmente aqueles que se fizeram mais presentes ao lado do Mestrado, compartilhando as aflições e felicidades.

Agradeço aos meus colegas de trabalho que se mostraram compreensivos e estiveram lado a lado na longa jornada, desde aos créditos das disciplinas a construção da dissertação.

Agradecer a todos os meus amigos que foram, como costumo dizer, “Providência Divina”, que me levantaram no momento que estava desistindo, que disseram “você consegue”, mesmo quando tudo tentava mostrar o contrário, agradeço imensamente a todos vocês, que me levantaram e me disseram que “Você é capaz! Ninguém disse que seria fácil”.

Agradecer aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba na pessoa da Professora Doutora Socorro Vieira, da Professora Doutora Lourdes Soares e da Professora Doutora Cida Ramos.

Agradecer a Professora Doutora Dirce Koga por aceitar em participar, como professor externo, desse diálogo sobre a Vigilância Socioassistencial.

Agradecer ao Professor Doutor Marcelo Gallo por ter disponibilizado seu tempo para tirar algumas várias dúvidas que surgiram ao longo do percurso.

Agradecer a minha orientadora e acima de tudo amiga a Professora Doutora Marinalva Conserva que me acolheu de maneira ímpar, como só ela sabe fazer, como costumamos dizer “Carregando no braço”.

Agradecer aos participantes da entrevista, os Assistentes Sociais trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, externo minha admiração por cada um por tentar fazer efetivar a Política Nacional de Assistência Social, apesar de todos os conhecidos entraves institucionais.

Por fim quero agradecer e pedir desculpa as pessoas que participaram direta e indiretamente para a realização deste trabalho e aos quais não atribuí o devido agradecimento por um motivo qualquer.

DEDICATÓRIA

Dedico a todos que se fizeram presente nesse momento, árduo, porém gratificante, de construção dessa nova etapa da minha vida acadêmica e profissional.

“Além de saber quais são suas limitações, é preciso que você saiba quais são seus maiores talentos e habilidades. Descobrir seus pontos fortes e usá-los na prática a seu favor aumenta suas chances de se destacar.”

Autor Desconhecido

RESUMO

O reconhecimento da Assistência Social enquanto Política Pública de Estado e sendo equiparada a Saúde e a Previdência Social, compondo a Seguridade Social Brasileira, foi considerado um avanço por diversos estudiosos da temática, tendo em vista sua historicidade pautada no assistencialismo, muitas vezes vista apenas para a contenção e conformação da classe trabalhadora. A regulamentação enquanto Lei só aconteceu em 1993 com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social. Em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social onde estabelece as diretrizes para efetivação da Assistência Social enquanto Política Pública de direito. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi efetivado em 2005, consolidando assim a LOAS e a PNAS/2004. A PNAS/2004 regulamenta as funções da Política Nacional de Assistência social, são elas a Proteção Social, a Defesa Social e a Vigilância Socioassistencial, objeto de estudo desse trabalho. Buscaremos entender, nessa dissertação, como se dá a Vigilância Socioassistencial para a Assistência Social, tendo chegado a um conceito para a Vigilância Socioassistencial dentro da Política Nacional de Assistência Social. Sabemos que a Vigilância Socioassistencial se dá na vigilância dos riscos e vulnerabilidades, assim como na vigilância da rede de serviços, no referido trabalho tentaremos identificar como a Vigilância Socioassistencial está posta nos municípios do Estado da Paraíba, já que esta regulamentada como uma das funções da Política Nacional da Assistência Social desde 2004, a metodologia utilizada nesse trabalho se deu por meio de entrevista presencial utilizando como instrumento um questionário semiestruturado, sendo realizada a análise quantitativa e principalmente qualitativa, a fim de alcançarmos os objetivos desse estudo. Foi observado que a grande maioria dos profissionais tem propriedade quanto à definição, os objetivos e os avanços que a Vigilância Socioassistencial pode proporcionar para a Gestão da Política de Assistência Social, porém, a falta de conhecimento, falta de recursos humanos e falta de recursos financeiros foram colocados como os principais entraves para a não efetividade dessa tão importante função da Assistência Social. A Vigilância Socioassistencial tem o objetivo de produzir estudos socioterritoriais e identificar as áreas de maiores índices de risco e vulnerabilidade social a fim de tornar a política efetiva, tem como objetivo também auxiliar na estruturação da rede socioassistencial determinando as áreas com necessidade de maior intervenção, e as áreas que apresentem maior necessidade a presença dos equipamentos da assistência social, por isso a importância da Vigilância Socioassistencial para a resolutividade e efetividade da Política Nacional de Assistência Social.

PALAVRAS-CHAVES: Assistência Social, Conceito, Vigilância Socioassistencial, Política Nacional de Assistência Social, SUAS.

ABSTRACT

Recognition of Social Assistance as Public Policy of State and being treated in the Health and Social Security, compounding the Brazilian Social Security, was considered a breakthrough by many scholars of the subject, given its historicity ruled on welfare, it often viewed only containing and forming the working class. The regulation as act only happened in 1993 with the promulgation of the Organic Law of Social Assistance. In 2004 the National Policy of Social Welfare which establishes guidelines for the execution of the Social Assistance as Public Policy in law was approved. The Unified Social Assistance (USA) was effected in 2005, consolidating the LOAS and the PNAS/2004. The PNAS/2004 regulates the functions of the National Policy on social assistance, they are Social Protection, Social Defense and the Social Assistance Surveillance, the research's object of study. We'll seek to understand, in this thesis, how the Social Assistance Surveillance acts for Social Assistance and trying reach a concept for Social Assistance Surveillance within the National Social Assistance Policy. We know that Social Assistance Surveillance occurs in monitoring risks and vulnerabilities, as well as the monitoring of network services, in this research we'll try to identify how Social Assistance Surveillance put this in the cities of Paraíba's state, as regulated like one of the functions of National Policy for Social Assistance since 2004, the methodology used in this thesis was made by personal interview using as a semi-structured questionnaire, to be carried out quantitative and qualitative analysis mainly in order to achieve the objectives of this research. It was observed that the vast majority of professionals have property on the definition, objectives and advances the Social Assistance Surveillance can provide for the Management of Social Assistance Policy, however, the lack of knowledge, human resources and lack of financial resources were placed as the main obstacles to the effectiveness of this not so important function of Social Assistance. The Social Assistance Surveillance aims to produce socio-territorial studies and identify areas of mainly risk and social vulnerability in order to make effective policy, it aims to also assist in structuring the social assistance network determining the areas in need of further action, and areas with the greatest need the presence of social care equipment, so the importance of Social Assistance Surveillance for the resolution and effectiveness of the National Social Assistance Policy.

KEYWORDS: Social Assistance, Concepts, Social Assistance Surveillance, National Policy for Social Assistance, USA.

Lista de Figuras

Figura 1 – Funções da Assistência Social	40
Figura 2 – Fluxo da Vigilância Socioassistencial	46
Figura 3 – Conceitos chave da Vigilância Socioassistencial	47
Figura 4 – Sistema Único de Assistência Social	62
Figura 5 – Municípios por Região Geoadministrativa do Estado da Paraíba	62

Lista de Mapas

Mapa 1 – Divisão das 14 Regiões Geoadministrativas do Estado da Paraíba 63

Mapa 2 – Distribuição dos equipamentos georreferenciados da Assistência Social no Estado da Paraíba 66

Mapa 3 – Distribuição georreferenciada dos CRAS no Estado da Paraíba 69

Mapa 4 – Distribuição georreferenciada dos CREAS no Estado da Paraíba 74

Mapa 5 – Distribuição georreferenciada dos Serviços de acolhimento no Estado da Paraíba 78

Lista de Quadros

Quadro 1 – Distribuição populacional por porte municipal do Estado da Paraíba	51
Quadro 2 – Equipe mínima recomendada para os CRAS	52
Quadro 3 – Equipe mínima recomendada para os CREAS	52
Quadro 4 – Atendimento em pequenos grupos (abrigo institucional, casa-lar e casa de passagem)	53
Quadro 5 – Família acolhedora	54
Quadro 6 – República	55
Quadro 7 – Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILP's	55
Quadro 8 – Principais instrumentos de informação	59
Quadro 9 – Principais fontes de informação	60
Quadro 10 – Municípios com 02 ou mais CRAS	67
Quadro 11 – Municípios com CREAS municipais	71
Quadro 12 – Municípios que sediam os CREAS Regionais	73
Quadro 13 – Municípios que possuem unidades para atendimento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade	76
Quadro 14 – Identificação da equipe que compõe a Vigilância Socioassistencial nos municípios que estão em pleno funcionamento e em que prédio a Vigilância Socioassistencial funciona	90

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Universo da pesquisa	84
Tabela 2 – Tempo na atividade	85
Tabela 3 – Caracterização do entrevistado por sexo	86
Tabela 4 – Caracterização do entrevistado por faixa etária	86
Tabela 5 – Nível de escolaridade	87
Tabela 6 – A Vigilância Socioassistencial esta no organograma do seu município?	88
Tabela 7 – A coordenação da Vigilância Socioassistencial esta em pleno funcionamento no seu município?	89

Listas de Abreviaturas e Siglas

BSM – Plano Brasil sem Miséria

CF – Constituição Federal

CIT – Comissão Intergestores Tripartite

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGD-SUAS – Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social

ILPI's – Instituições de Longa Permanência para Idosos

ISSB – Instituto de Serviços sociais do Brasil

LA – Liberdade Assistida

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MEIS – Mapa de Exclusão e Inclusão Social da Paraíba

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Misocial – Matriz de Informação Social do MDS

NEPPS – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Sociais

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio dos Empregados do Serviço Público

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIS – Programa de Integração Social

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

PSC – Prestação de Serviço a Comunidade

PSE – Proteção Social Especial

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SISPETI – Sistema de Controle e Acompanhamento da Frequência no Serviço Socioeducativo do PETI

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCU – Tribunal de Contas da União

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

Sumário

APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO	18
1 A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	24
1.1 Histórico das Políticas Sociais no Brasil	24
1.2 A PNAS/2004: origem e o contexto do Estado brasileiro	30
1.3 O Marco regulatório da PNAS/2004	34
1.3.1 A LOAS/93: princípios, objetivos e concepções	35
1.3.2 O SUAS/2011: a gestão da PNAS	39
2 A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO SUAS	41
2.1 Normativas e conceituação da Vigilância Socioassistencial	41
2.2 A Vigilância Socioassistencial e a Gestão da Informação	50
2.3 A Configuração da Rede Socioassistencial no Estado da Paraíba	61
2.3.1 O mapeamento da Rede de Proteção Social Básica e Especial no Estado da Paraíba	64
3 A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL: A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA	79
3.1 Caracterização do universo da pesquisa	82
3.2 Perfil dos entrevistados	84
3.3 A Vigilância Socioassistencial no âmbito da gestão municipal	87
3.4 Aproximação conceitual: Vigilância Socioassistencial do que se trata?	91
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO	112
ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	114
ANEXO 3 – SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA QUESTÃO 08	116
ANEXO 4 – SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA QUESTÃO 09	118
ANEXO 5 – SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA QUESTÃO 10	121
ANEXO 6 – SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA QUESTÃO 14	123

APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO

A Assistência Social no Brasil historicamente foi marcada pela filantropia e assistencialismo, só após a Constituição Federal de 1988 que veio a ser reconhecida enquanto Política Pública de Direito compondo o tripé da Seguridade Social juntamente a Saúde, Política de Direito Universal, e a Previdência, Política de Direito destinada aos contribuintes desta, os que estejam inseridos no mercado formal de trabalho. A Assistência Social veio a garantir, teoricamente, os mínimos sociais para aqueles que necessitarem de tal auxílio, principalmente os que não estivessem inseridos no mercado formal de trabalho e que não possui meios suficientes para sua sobrevivência de forma digna.

É sabido que a Constituição Federal de 1988 foi um marco no que diz respeito à garantia dos direitos de cidadania. No artigo 3º da Constituição estão definidos os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, entre eles à busca pela erradicação da pobreza, a marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Em seu artigo 203º, a Constituição de 88, define que a Assistência Social deve ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social. Sendo assim, tomaremos por base tais princípios a fim de melhor conduzirmos nossos trabalhos e análises.

A prática na Assistência Social não se deu tal qual o texto constitucional tendo em vista o momento de ajustes da economia que o país vivenciava no período da Carta Magna, os avanços neoliberais, a busca pela estabilidade econômica, foram primordiais para o retrocesso na efetividade da Assistência Social no Brasil, principalmente pela orientação na redução dos gastos sociais.

Apesar de ter sido inserida no contexto da Seguridade Social em 1988 a Assistência Social teve sua Lei regulamentada apenas em 1993, com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o que ocasionou um retardo na efetividade da Assistência Social enquanto Política Pública de direito.

A Política Nacional de Assistência Social foi aprovada em 2004, após amplos debates em todas as regiões do país, segundo Aldaíza Sposati.

Consolidou a “Proteção Social não contributiva”. “A proteção social significa avanço, é mais do que amparo, ela é fortalecedora, em vários sentidos, inclusive o da autonomia, que vai para bem além da ampliação da renda.” (SPOSATI – P. 10; 2011)

A efetivação do Sistema Único de Assistência Social foi uma deliberação da IV Conferência Nacional da Assistência Social, a comemorativa dos 10 Anos da “menina LOAS” e a mesma que aprovou a PNAS/2014, o SUAS veio a consolidar a LOAS e teve suas bases de implantação consolidadas em 2005 por meio da Norma Operacional Básica/SUAS (NOB/SUAS).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) possui três funções bases, a proteção social, a defesa social e institucional e a vigilância socioassistencial.

A referida dissertação faz parte do Projeto de Cooperação Acadêmica – CASADINHO/PROCAD: PPGSS/UFPB e PEPG-SSO/PUC-SP¹, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS), vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), projeto intitulado “ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA: INTERPELAÇÕES NO TERRITÓRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL”, sob a coordenação da Professora Doutora Marinalva Conserva.

Esse estudo dissertativo, objetiva analisar uma das funções da Política Nacional de Assistência Social - a Vigilância Socioassistencial, essencial para o conhecimento das demandas no território, visualização das incidências dos riscos sociais e vulnerabilidades sociais, auxiliando na construção de uma Política efetiva no estado da Paraíba.

Para tanto, do ponto de vista metodológico optamos ouvir os trabalhadores do SUAS na Paraíba, assim seguindo um roteiro semiestruturado foram aplicados 33 (trinta e Três) questionários com os trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social que participaram dos cursos de Indicadores e Gestão financeira do Capacita SUAS no Estado da Paraíba no período de 26/05/2014 a 13/06/2014.

¹ Edital 06/20011MCTI/CNPq/MEC/CAPES. PROJETO CNPQ Nº 552248/2001-8.

A questão norteadora desse trabalho esta relacionada à Vigilância socioassistencial, tentaremos identificar como, esta tão importante função da Política Nacional de Assistência Social, esta nos municípios do Estado da Paraíba, buscando entender quais os principais entraves para a implantação da Vigilância Socioassistencial nos municípios, desta forma o referido trabalho tentará mostrar como os profissionais da Política Nacional de Assistência Social se apropriam da definição da Vigilância Socioassistencial para a Assistência Social, bem como, identificar e analisar, tomando por base as normativas e orientações legais da Política Nacional de Assistência Social, como o conceito de vigilância esta para a Assistência Social.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nas orientações técnica da Vigilância Socioassistencial afirma que:

A vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas d apropriação dos conhecimentos produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios. (Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial – P. 9)

O levantamento, análise e acompanhamento dos dados referente às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, possibilitam a construção de políticas públicas efetivas direcionadas a estas famílias, com vista à resolutividade das problemáticas que envolvem este público.

A Política Nacional de Assistência Social preconiza a instituição da Vigilância Socioassistencial nas três esferas de governo, como forma de identificar a incidência de vulnerabilidades nos territórios, assim como exercer a vigilância sobre os padrões de serviços de Assistência Social. Tendo em vista a orientação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os Estados e Municípios devem estar de acordo com o que estabelece a Política, que apesar de estar em vigor desde 2004, ainda não se visualiza a efetividade desta Vigilância, primordial para a resolutividade e superação dos altos índices

de vulnerabilidade e exclusão social, como vamos observar ao longo deste trabalho, por diversos motivos, deste a falta da capacitação profissional a falta de recursos humanos.

A Assistência Social vem sofrendo avanços significativos desde o seu reconhecimento como Política Pública de direito com a inserção no tripé da Seguridade Social, como política social não contributiva, ao lado da Saúde e da contributiva Previdência Social.

O contexto histórico da assistência social no Brasil, marcado pela desigualdade e exclusão social, reflete na atualidade nos altos índices da população considerada em situação de pobreza.

No mês de dezembro de 2014, existiam 29.164.446 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, o que corresponde a 88.339.340 pessoas cadastradas, sendo 14.095.333 com renda per capita familiar de até R\$77,00; 5.325.302 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00; 5.781.661 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo; 3.962.150 com renda per capita acima de meio salário mínimo². Se levarmos em consideração que o Brasil, segundo dados do IBGE, no censo 2010³, o Brasil tem aproximadamente 190 milhões de pessoas, dessa forma, temos um expressivo número de pessoas no Brasil em situação de pobreza.

Olhando para o Estado da Paraíba, território da pesquisa dessa dissertação, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2014 era de 880.270⁴, levando em consideração que o total de famílias do Estado da Paraíba, segundo dados do Censo 2010, que é de 1.057.580 famílias⁵ temos apenas 177.310 fora do Cadastro Único.

Comumente apenas o fator renda estar vinculado às situações de vulnerabilidade social e risco social, porém, iremos observar ao longo desse

² Informações coletadas no Relatório de Informações Sociais disponível no site: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral Brasil](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral%20Brasil)

³ Informações coletadas no site do IBGE disponível em <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao>

⁴ Informações coletadas no Relatório de Informações Sociais disponível no site: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral)

⁵ Informações coletadas no site do IBGE disponível em http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=censodemog2010_famil

trabalho, que tal situação não deverá ser vinculado apenas ao fator renda, pois a vulnerabilidade social esta interligada a situações que possam levar as famílias e indivíduos à situação de exclusão social.

E aqui se dá a importância da Vigilância Socioassistencial para que a Política Nacional de Assistência Social se torne resolutive, buscando dar subsídio para os trabalhos desenvolvidos pela rede socioassistencial, identificando a cobertura dos serviços, programas e projetos, auxiliando na elaboração de planos, diagnósticos e estudos da Política.

Uma das principais funções da Vigilância Socioassistencial é a produção de diagnósticos socioassistenciais. O diagnóstico é uma análise interpretativa que possibilita a leitura de uma determinada realidade social. A partir desta leitura, o município conhecer melhor as necessidades e demandas dos cidadãos. O diagnóstico socioterritorial possibilita aos responsáveis e operadores da política de assistência social a apreenderem as particularidades do território sob o qual estão inseridos e detectarem as características e dimensões das situações de precarização que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos, à sua autonomia, socialização e ao convívio familiar. O diagnóstico deve levantar além das carências, também as potencialidades do lugar, o que possibilita ações estratégicas para fomentar estas potencialidades. (Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial)

Essa dissertação está estruturada da seguinte maneira:

No primeiro capítulo - “A Trajetória da Política de Assistência Social no Brasil”, inicia-se com o processo histórico desde pós 45, a ditadura militar, o processo de redemocratização do País após a ditadura militar, o marco para a Assistência Social com a Constituição Federal de 1988. Evidenciaremos os anos 90 com os impactos de cada governo pós 88, elencaremos como se deu a construção ou “desconstrução” da Assistência Social no neoliberalismo, por fim falaremos das normativas e marcos legais que envolvem a Assistência Social no Brasil.

O segundo capítulo – “A Vigilância Socioassistencial e a Gestão da Informação no SUAS” trata da configuração da rede da proteção social, uma das funções da assistência social, no Estado da Paraíba, como ela esta territorialmente localizada em toda a extensão do Estado. Abordaremos os principais instrumentos e fontes de informações utilizadas pelos trabalhadores

do Sistema Único de Assistência Social e a importância destes para a visualização de como estão às famílias e indivíduos atendidos pela Assistência Social, evidenciando a importância do olhar destes profissionais, já que eles lidam diretamente com esse público e são eles que operacionalizam a Política na ponta. Falaremos das normativas que envolvem a Vigilância Socioassistencial, bem como as conceituações a cerca dessa função, e sua importância frente à Política Nacional de Assistência Social.

O terceiro capítulo – “A Construção da Vigilância Socioassistencial no Estado da Paraíba” versará sobre os resultados da pesquisa aplicada, através do questionário semiestruturado, aos Assistentes Sociais que participaram da segunda etapa do Capacita SUAS do Estado da Paraíba no período de 26/05/2014 a 13/06/2014. Mostraremos qual o perfil desses profissionais, o entendimento destes sobre a Política Nacional de Assistência Social, buscando identificar qual a visão que esses profissionais tem frente à importância da Vigilância Socioassistencial para a Política Nacional de Assistência Social, identificando como a Vigilância esta posta nos municípios do Estado da Paraíba e principalmente visualizar quais as principais dificuldades enfrentadas para a efetivação da Vigilância Socioassistencial nos municípios do Estado da Paraíba.

Por fim, tentaremos fazer um apanhado geral de todo o trabalho apresentado, mostrando os principais resultados alcançados com essa dissertação, as principais dificuldades para que o mesmo fosse construído, bem como, tentar mostrar como a Vigilância Socioassistencial esta posta nos municípios do Estado da Paraíba.

1. A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Esse capítulo objetiva fazer um resgate da história das Políticas Sociais no Brasil, tendo como foco a configuração da Política Nacional de Assistência Social como política de direito sob a responsabilidade do Estado. Nesse contexto histórico brasileiro, se dá a construção do marco regulatório da PNAS/2004, a partir da Constituição de 1988, que passa a ser regulamentada pela LOAS/93, e por fim com a implantação do Sistema Único de Assistência Social em 2011, sancionada pela Presidente Dilma Rousseff.

1.1 Histórico das Políticas Sociais no Brasil

O surgimento e desenvolvimento das Políticas Sociais no Brasil se deu de maneira focalizada, lenta e gradual, devido todo seu contexto histórico baseado na exploração sofrida pelo Brasil por Portugal e seu sistema de escravidão, como Cignoli afirma (P. 21; 1985) “Historicamente, um elemento estrutural do modo de produção brasileiro foi à escravidão.” sistema abolido, porém, abolição fora de uma Política Pública voltada para absorver esse novo contexto de libertação dos escravos, o que resultou em uma escravatura branca, pois apesar de libertos, os “ex-escravos” continuavam a depender dos senhores de terra, tendo em vista a sua incapacidade de sobrevivência independente. A negação de direitos vivenciada historicamente pelo Brasil reflete negativamente na garantia dos direitos a população. (BEHRING, BOSCHETTI, 2010)

Não houve um marco inicial para a efetivação das Políticas sociais, o que podemos observar é o folego tomado pelos movimentos sociais e as lutas sociais, sendo considerados produtos históricos das lutas do trabalho. Os avanços iniciais se deram de maneira a atender os que estavam inseridos no mercado formal de trabalho urbano e a população tida como “não produtiva” ficava a mercê.

O trabalho escravo, somado ao processo político de dependência da colônia brasileira a Portugal, é

fundamentalmente uma das características marcantes da sociedade brasileira presente ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Essa realidade aponta a dificuldade de enunciação dos direitos civis, uma vez que os escravos eram considerados objeto de posse do seu senhor, e não lhe era outorgada a condição de humano, ficando à mercê de quem tinha a sua posse. (COUTO – P. 77; 2010)

O contexto histórico brasileiro de exclusão social tornou a acessibilidade aos direitos sociais por muito tempo foi restrito aos contribuintes da Previdência Social, sendo necessário estar inserido no mercado formal de trabalho para poder acessar, mesmo que de maneira restrita, a saúde e os ditos benefícios assistenciais.

No Brasil ocorreu uma ambiguidade na enunciação desses direitos, que estão quase na sua totalidade vinculados à legislação trabalhista, e, quando desvinculados dela, se apresentam como um enunciado de intenção, sem a efetiva presença do Estado, conforme pode ser observado na trajetória do período. (COUTO – P. 76; 2010)

Alguns dos avanços, no âmbito social, elencados por Cignoli (P.45; 1985), em 1945 a Lei Orgânica dos Serviços Sociais do Brasil, onde previa a criação do Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), porém devido a resistências de vários segmentos não chegou a entrar em vigor; Em 1963 foi efetivada a lei que aprova o Estatuto do Trabalhador Rural, criando o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), sendo limitada a assistência médica e social; Em 1966 é instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), modificando o sistema de estabilidade de emprego e garantindo indenização por desligamento, de acordo com a CLT; Em 1970 o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio dos Empregados no Serviço Público (PASEP) são implantados, tendo sido promulgada a Lei em 1973.

Existe unanimidade de autores no que diz respeito a períodos que marcam o Brasil, Couto⁶ evidencia dois grandes períodos marcantes o primeiro que vai de 1930 a 1964 e o que vai de 1964 a 1985, no primeiro período registra-se o aumento dos movimentos sociais marcados pelos governos

⁶ Berenice Rojas Couto;

populistas e desenvolvimentista ⁷ (COUTO, 2010), o segundo período diz respeito ao período da Ditadura Militar, “com a proposta de acabar com o período do governo populista” (COUTO – P. 119; 2010) e o processo de redemocratização do Brasil.

A Política nacional tentará consolidar e aprofundar o controle monopolista da economia brasileira e acelerará o processo de acumulação incrementando a exploração da força de trabalho, que permanece excluída de qualquer participação política. (CIGNOLI – P. 20; 1985)

No Brasil, o período marcado pela ditadura militar (1964-1985), representou um grande avanço das desigualdades sociais, tendo em vista a grande preocupação pela internacionalização econômica do Brasil. (BEHRING, BOSCHETTI, 2010) Desse modo observou-se o crescimento da desigualdade de renda no período compreendido entre 1960 e 1970, todavia se tratar desigualdade como exclusão e pobreza significa deixar de lado o trato das Políticas Sociais de maneira focalizada, tal tratamento não feito.

Na década de 1970, o Brasil viveu o momento que foi conhecido como o do “milagre econômico”. A economia apresentou altos índices de crescimento, o consumo de bens duráveis alcançou patamares nunca antes vistos. Foram construídas estradas, hidrelétricas e consolidado um grande parque industrial no Brasil. (COUTO – P. 127; 2010)

A orientação da política econômica da época estava baseada na expectativa de crescimento do Brasil para então fazer a distribuição da riqueza produzida, o que culmina na alta concentração de renda no Brasil, tendo em vista a não distribuição após o crescimento econômico brasileiro registrado. (COUTO, 2010)

De certo podemos observar grande avanço econômico neste período, porém o crescimento econômico alcançado pelo Brasil não significou, necessariamente, o avanço nas políticas públicas na mesma proporção, nem tão pouco o reflexo positivo na vida da população mais pobre.

⁷ Para um maior aprofundamento ler Couto (2010);

No mesmo passo em que se impulsionavam políticas públicas mesmo restritas quanto ao acesso, como estratégia de busca de legitimidade, a ditadura militar abria espaços para a saúde, a previdência e a educação privadas, configurando um sistema dual de acesso às políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar. (BEHRING, BOSCHETTI – P. 137; 2010)

Em 1974 a ditadura militar, o seu “slogam”⁸ de governo do “Milagre Econômico”, entra em crise, ocorre também o aumento das reivindicações dos movimentos sociais e as organizações da sociedade civil o que impulsionará a transição à democracia.

Os últimos anos da ditadura militar foram marcados pelo processo de expansão da luta de classes em busca de seus direitos sociais, tendo em vista o perfil focalizador e fragmentado mantido neste período desde os anos 30 e 40. (BEHRING, BOSCHETTI, 2010)

Os anos subsequentes serão marcados pela distensão, pela abertura lenta e gradual do regime, num processo de transição para a democracia que irá condicionar em muito a adesão brasileira às orientações conservadora neoliberais, já em curso no nível mundial, implicando o caráter tardio da adesão brasileira ao neoliberalismo. (BEHRING, BOSCHETTI – P. 138; 2010)

A Política Social na época da Ditadura Militar tinha como principal objetivo manter a população sob controle, não sendo vista como direito e sim uma concessão “a quem os governos entendiam serem merecedores.” (COUTO – P. 132; 2010)

Os anos 80 foram marcados pelo fiasco econômico, pela redemocratização do Brasil, pelo aumento dos movimentos sociais em busca das diretas já, pelo processo constituinte de 88, considerado um marco para a Assistência Social, tomando por base sua inclusão no Tripé da Seguridade Social junto a Previdência Social, voltada para os que contribuíam os que estavam inseridos no mercado formal de trabalho, a Saúde tornando-se direito de todos os cidadãos, mesmo os que não estivessem inseridos no mercado de

⁸ Vários resultados negativos são evidenciados por Couto apud Habert (2010; P. 128) do slogan do “Milagre econômico”, como por exemplo, o aumento da dívida externa do país e o aumento da concentração de renda.

trabalho, mesmo que não houvesse contribuição, garantindo direito universal, e por fim a Assistência Social, sendo direito do cidadão, desde que dela necessite e dever é do Estado ofertar.

A prosperidade prometida com o projeto de Estado militar-tecnocrático mostrou-se falaciosa, e os sacrifícios solicitados à população, tendo em vista um desenvolvimento que beneficiaria a todos, revelaram-se restritivas. A década de 1980 mostrou um país com enormes dificuldades geradas pela grande concentração de renda e por uma política econômica restritiva do ponto de vista da participação da população na riqueza nacional, que se já não apontava o crescimento do bolo como estratégia de acumulação da riqueza, proposta pelos governos militares, muito menos falava em sua distribuição, revelando ser uma sociedade extremamente desigual. (COUTO – P. 137; 2010)

No que tange a Seguridade Social no Brasil podemos afirmar que ocorre a junção de dois modelos de Seguridade Social, o Modelo Alemão Bismarckiano, abrangendo a Previdência Social no Brasil, e o Modelo Inglês Beveridgiano, voltado para a superação da pobreza, o que temos hoje na Assistência Social no Brasil.

Seguindo o modelo de seguridade alemão Bismarckiano, Boschetti coloca:

O chamado modelo bismarckiano é considerado como um sistema de seguros sociais, porque suas características assemelham-se às de seguros privados: no que se referem aos direitos, os benefícios cobrem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores, o acesso é condicionado a uma contribuição a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional à contribuição efetuada; quanto ao financiamento, os recursos são provenientes, fundamentalmente, da contribuição direta de empregados e empregadores, baseada na folha de salários; em relação à gestão, teoricamente (e originalmente), cada benefício é organizado em Caixas, que são geridas pelo Estado, com participação dos contribuintes, ou seja, empregadores e empregados. (BOSCHETTI apud BOSCHETTI; P. 2, 2007).

O modelo Beveridgiano, modelo este que reflete no modelo de Assistência Social adotada no Brasil, Boschetti afirma:

No sistema beveridgiano, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais e a gestão é pública, estatal. Os princípios fundamentais são a unificação institucional e uniformização dos benefícios. (BOSCHETTI apud BEVERIDGE, 1943; CASTEL, 1998; P. 3, 2007).

Conforme o texto Constitucional de 1988, a Seguridade esta posta no Brasil conforme descrito abaixo:

Art. 194. A seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termo da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I – universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;
- VII – caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Desta forma Boschetti afirma que:

No Brasil, os princípios do modelo bismarckiano predominam na previdência social, e os do modelo beveridgiano orientam o atual sistema público de saúde (com exceção do auxílio doença, tido como seguro saúde e regido pelas regras da previdência) e de assistência social, o que faz com que a seguridade social brasileira se situe entre o seguro e a assistência social. (BOSCHETTI apud BOSCHETTI; P. 3, 2007).

A constituição Federal de 1988 foi um marco histórico no que diz respeito à garantia dos direitos de cidadania. Em seu artigo 3º estão definidos

os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, entre eles à busca pela erradicação da pobreza, a marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

1.2 A PNAS/2004: origem e o contexto do Estado brasileiro

A Constituição Federal de 1988 define que a Assistência Social deve ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social, denominado como Modelo brasileiro de Proteção Social não contributiva. (SPOSATI, 2012)

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A inclusão da Assistência Social no campo da Seguridade Social representou um avanço no campo dos direitos sociais e humanos, tendo como reflexo a regulamentação e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993.

Segundo Sposati, o modelo de proteção social não contributivo por si só não altera o real, “[...] Ter um modelo brasileiro de proteção social não significa que ele já exista ou esteja pronto, mas que é uma construção que exige muito esforço de mudanças [...]” (SPOSATI, 2012)

Apesar do texto Constitucional colocar sob a égide do Estado a responsabilidade pela Proteção Social aos não contribuintes previdenciários, na atualidade, tais proteções estão focalizadas em Programas de Transferência de renda, recortados pela renda.

Como evidenciado anteriormente o contexto histórico brasileiro, o processo de exploração, submissão do Brasil em relação a Portugal, a presença marcante da escravidão no país, influência diretamente a realidade vivida na atualidade, às ações adotadas ignoram tais características históricas e marcantes da desigualdade no país, posto que a pobreza seja um resultado da forma de estruturação do capitalismo brasileiro. (BEHRING, BOSCHETTI, 2010)

A Proteção Social, em sua essência, deverá assegurar a preservação da dignidade humana a todo cidadão, garantindo acesso aos direitos sociais, independentemente da sua comprovação de renda e classe social. A Assistência Social deve se dar de maneira universal, ou seja, a caracterização da pobreza e “merecidos” da Assistência Social, por meio de critérios de renda, e impossibilidade de auto sustento, evidencia o público desta Política Pública como os necessitados sociais, a Assistência Social deverá ser prestada para quem dela necessitar, de acordo com o texto Constitucional, neste caso, não deveria ser necessário provar a sua incapacidade financeira de auto sustento e da família para garantir acesso aos Programas que compõe a Proteção Social no Brasil. (SPOSATI, 2012)

Apesar dos ditos avanços históricos no tocante as Políticas Sociais no Brasil, observa-se a permanência no passado das Políticas, como Iamamoto (P. 30; 2009) bem coloca em seu artigo: “O novo surge pela mediação do passado, transformando e recriando em novas formas nos processos sociais do presente”.

O “moderno” se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira. As marcas históricas persistentes, ao serem atualizadas, repõem-se, modificadas, ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo em que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. (IAMAMOTO – P. 30; 2009)

O contexto histórico, de concentração de renda e exclusão social, vivenciado pelo Brasil desde seu tempo de colônia reflete (COUTO, 2010) diretamente nas ações voltadas para a Assistência Social na atualidade, com

cunho focalizador centralizado em programas de transferências de renda com caráter de autonomia financeira no mercado do consumo, caracterizando como um retorno direto de recursos para a economia.

Devemos reconhecer o grande avanço que se deu com a inserção da Política de Assistência Social no tripé da Seguridade Social sendo equiparada a Saúde e a Previdência Social na Constituição Federal de 1988, porém quando lançadas dentro do contexto neoliberal vivenciado pelo Brasil as garantias constitucionais se perdem, “a orientação teórica de recorte neoliberal vem sendo questionado como desregulamentadora de direitos”. (COUTO – P. 72; 2010)

A política de Assistência Social foi à última a ser reconhecida enquanto direito efetivo dentre as políticas que compõe a Seguridade Social brasileira, sendo dever de o Estado provê-las, possibilitando, segundo Couto, “decifrar as heranças presentes na compreensão da efetivação dos Direitos”. (P – 29; 2010) Refletindo nos desafios postos na construção de um sistema de proteção social resolutivo.

A partir da Constituição de 1988, as políticas sociais brasileiras têm como finalidade dar comprimento aos objetivos fundamentais da República, conforme previsto no ser art. 3º⁹. Assim, por intermédio da garantia dos direitos sociais, buscou-se construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicando a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais e promovendo o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação. (CASTRO – P. 93; 2009)

A partir dos anos de 1990, uma nova postura política começou a ser estabelecida do Brasil, começa então a ser implantada a política neoliberal-privatizante, com a intenção de reduzir o Estado deixando-o com poderes mínimos.

⁹ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Nesse mesmo período, início dos anos 90, o Brasil vivência a maior crise econômica desde 1930, crise esta, considerada por Netto, como essencial para a manutenção do modo de produção capitalista, evidenciamos o fato de que nos momentos de crise e recessão os mais afetados são a população em situação de pobreza.

Nos anos de 1990, a somatória de perdas dos trabalhadores, que vão configurar um novo perfil para a questão social brasileira, particularmente pela via da vulnerabilização do trabalho, confronta-se com a erosão do sistema de garantias e proteções sociais e com a emergência de “modernos” e focalizadas práticas filantrópicas que descaracterizam direitos, despolitizam os conflitos sociais e desmontam a universalidade das políticas sociais públicas. (COUTO; RAICHELIS; SILVA; YAZBEK – P. 58; 2012)

Seguindo as orientações do Consenso de Washington e a ótica neoliberal ocorre à redução do papel do Estado na proteção social, transferindo a responsabilidade, garantida constitucionalmente, do Estado para o setor privado, pois se entende que a responsabilidade de atuação nas Políticas Sociais deveria ser repartida entre a Sociedade Civil e o Estado. Segundo Couto, “As propostas neoliberais são marcadas pela retomada do mercado e da sociedade civil na responsabilidade de atuarem nas Políticas Sociais”. (P – 61; 2010)

No conjunto de orientações indicadas pelo consenso, inspiradas pelo receituário teórico neoliberal, que teve adoção em quase todos os países do mundo, na década de 1980, estão: a indicação para a desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passassem a ser gestados pela iniciativa privada. (COUTO – P. 145; 2010)

Os Governos Pós-88 forma marcados pelos desmontes das garantias postas pela Constituição Federal de 88 (COUTO, 2010). Seguindo as orientações da lógica neoliberal, com a redução dos gastos públicos no âmbito das Políticas Sociais e o repasse da responsabilidade estatal para as instituições privadas.

Os governos de José Sarney, Fernando Collor de Melo e Itamar Franco foram marcados pelo descaso com as garantias sociais asseguradas pela

Constituição Federal de 1988, voltando esforços para a melhoria da economia brasileira. (COUTO, 2010)

Os governos Sarney, Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso construíram um projeto político alicerçado, salvaguardadas suas particularidades, na centralização da estabilidade econômica e no desejo de reformar a Constituição de 1988, considerada um peso para a nação e um entrave ao projeto de crescimento. (COUTO – P. 151; 2010)

O Governo Fernando Collor de Melo (1990-1992) foi marcante na história política brasileira tendo em vista o processo de impeachment sofrido pelo então Presidente da República, o seu vice Itamar Franco assumiu o governo, marcado pelo desmonte da seguridade social. (COUTO – P. 146; 2010).

1.3 O marco regulatório da PNAS/2004

No governo de Itamar Franco foi aprovado em 07 de Dezembro 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Nº 8742/93, após o impedimento, em 1990, a sua promulgação (SPOSATI, 2011). “A assistência social não nasce como política no mesmo dia do nascimento da LOAS.” (SPOSATI – P. 19; 2011)

O primeiro projeto aprovado pelo Legislativo em 1990 foi vetado por Fernando Collor e já continha esse conjunto de ideias. A primeira gestação da menina LOAS teve aborto provocado. Mas, o processo social era extremamente fecundante e se fortaleceu na luta. Em seu veto Collor afirma que a proposição não estava vinculada a uma assistência social responsável. É realmente paradoxal. (SPOSATI – P. 59; 2011)

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi marcado pelo baixo investimento em políticas públicas, chegando a ser denunciado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por ter o registro do menor investimento na área social (COUTO, 2010). Tal período foi marcado pela busca da estabilidade econômica, inserção do Brasil no mundo

globalizado, implementação do projeto neoliberal e “um intenso processo de privatização”. (COUTO – P. 150; 2010)

O liberalismo brasileiro, portanto, vem nutrindo-se desde a formação do Estado Nacional, de forças representativas da tradição patrimonialista, em um amplo processo de privatização da coisa pública. Na trajetória da construção dos direitos no Brasil, pesa a determinação de elementos fundamentais da formação histórica brasileira: a grande propriedade territorial, as relações de poder, apoiadas em relações de dependência pessoal no compadrio e na ideologia do favor. (COUTO apud IAMAMOTO – P. 35; 2009)

1.3.1 A LOAS/93: princípios, objetivos e concepções

A Lei Orgânica da Assistência Social Nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993, foi considerada um marco regulatório da Assistência Social no Brasil, norteando de maneira universal a aplicabilidade desta. Após a promulgação do Sistema Único de Assistência Social, com a aprovação da NOB/SUAS pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 15 de Julho de 2005, tornou-se necessárias algumas adequações e ajustes na LOAS de 1993, sendo responsável por estas alterações a Lei Nº 12.435 de 06 de Julho de 2011.

Cabe:

Art. 1º A assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realiza através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)
- d) a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às Políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

A inclusão da Vigilância Social como um dos objetivos da Assistência Social com foco a identificação das incidências de riscos e vulnerabilidades sociais e assim garantir a efetividade da Política de Assistência Social de maneira resolutiva e eficiente foi um marco.

Em 2004 o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou o segundo texto da Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS-04), o primeiro havia sido aprovado em 1998, segundo Aldaíza Sposati:

A PNAS 2004 resultou de amplo processo de debates descentralizados em regiões do país. Seu eixo central é a proteção social não contributiva como alargamento do alcance da política brasileira de proteção social como direito de cidadania, e não direito do trabalho próprio do seguro social ou da proteção social contributiva. (SPOSATI – P. 9; 2011)

A Política Nacional de Assistência Social vem consolidar o texto constitucional e a Lei Orgânica de Assistência Social visando garantir os mínimos sociais, buscando a redução das desigualdades sociais, garantindo a assistência a todos que dela necessitar, tendo como objetivos:

- Promover serviços, programas, projeto e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência famílias e comunitária. (PNAS – P. 33; 2004)

A PNAS busca a descentralização da política de maneira participativa dos três entes federativos, os Estados, os Municípios e o Federal, como a LOAS propõe, considerando as desigualdades sócio territoriais (PNAS, 2004), buscando identificar as áreas de maiores incidências de risco e vulnerabilidades e assim efetivar a Política de Assistência Social.

Sendo assim,

A Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como veias estratégias para uma melhor atuação no tocante às Políticas Sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da Política de Assistência Social. (PNAS – P. 14; 2005)

Princípios da Política Nacional de Assistência Social

Em consonância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, a Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – Respeito à dignidade e do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Mesmo estando assegurado o direito do acesso a quem dela necessitar, (“Dela” se referindo a Assistência Social Política Pública que compõe o tripé da Seguridade Social brasileira), mesmo sendo ressaltado o respeito à dignidade do cidadão, vedando-se qualquer “comprovação vexatória de necessidade” (PNAS, 2004), hoje a família em situação de pobreza precisa comprovar sua situação de escassez financeira para poder vir a ser beneficiária dos Programas Sociais vigentes no Brasil, com prevalência dos Programas de Transferência de Renda, sendo necessário comprovar sua situação de miséria, indo de encontro ao III item da Lei Orgânica da Assistência Social.

A PNAS situa a Assistência Social como Proteção Social não contributiva, apontando para a realização de ações direcionadas para proteger os cidadãos contra riscos sociais inerentes aos ciclos de vida e para o atendimento de necessidades individuais ou sociais. (COUTO; RAICHELIS; SILVA; YAZBEK – P. 63; 2012)

Em Dezembro de 2003 na IV Conferência Nacional de Assistência Social foi deliberado à construção implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

1.3.2 O SUAS/2011: a gestão da PNAS

O SUAS é um sistema descentralizado e participativo que faz a gestão da Assistência Social nos três níveis de governo em todo o território nacional, organizando os serviços socioassistenciais no Brasil em dois tipos de proteção, como assinalamos anteriormente, a Proteção Social Básica (PSB) esta buscando a prevenção dos riscos sociais, pessoais e preservação do vínculo familiar e comunitário e a Proteção Social Especial (PSE) cujos indivíduos e as famílias já se encontram em situação de risco social e pessoal e em situação de vulnerabilidade social e, muitas vezes, com os vínculos familiares e comunitários rompidos, a Proteção Social Especial busca, quando possível, restabelecer os vínculos. (PNAS, 2004)

O SUAS esta voltado à articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. (COUTO; RAICHELIS; SILVA; YAZBEK – P. 63; 2012)

A Assistência Social possui três principais funções, segundo a PNAS/2004: a proteção social, dividida entre básica e especial, citadas anteriormente; a defesa dos direitos sociais e a vigilância socioassistencial.

Figura 01 – Funções da Assistência Social



Fonte: PNAS, 2004.

A defesa dos direitos sociais no sentido de visualizar a família e o indivíduo como detentor desses direitos sociais passando a ser visto como cidadãos de direitos, não estando condicionado a sua classe social, cor de pele e/ou grau de escolaridade, “esses direitos precisam estar presentes na dinâmica dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais.” (PNAS – P. 92; 2004)

A vigilância socioassistencial responsável por identificar as áreas com maior incidência de riscos e vulnerabilidade, auxiliando na construção e efetivação de uma política pública efetiva e resolutive. Esta função da Assistência Social alvo do nosso objeto de estudo, onde iremos abordar com maior propriedade no capítulo a seguir.

2. A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO SUAS

Esse capítulo apresenta os princípios, normas e concepções da Vigilância Socioassistencial, enquanto uma das funções da Política Nacional de Assistência Social. Apresenta também as relações entre a função da vigilância e a gestão da informação do SUAS.

2.1 Normativas e conceituação da Vigilância Socioassistencial

De acordo com as proposições postas nas legislações, sabe-se que uma política pública se efetiva na íntegra a partir dos documentos norteadores, para tanto, se faz necessário o acompanhamento, avaliação e sistematização das informações que envolvem esta política.

A Vigilância Socioassistencial toma corpo e fôlego a partir da aprovação, da PNAS/2004, onde a coloca como função da Assistência Social, sendo responsável por identificar nos territórios as incidências de riscos e vulnerabilidades da população que demanda por proteção social e defesa de direitos. Esta vinculada ao Sistema Único de Assistência Social e deverá prover informações para que a Política de Assistência Social se torne eficaz e efetiva e assim garanta a não violação dos direitos sociais.

Segundo a PNAS/2004:

À produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre as famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de formas de exploração de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia. Gênero e opção pessoal; vítimas de apatiação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam nas formas de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos. (PNAS, 2005)

É atribuição da Vigilância Socioassistencial, através da gestão da informação, analisar os indicadores referentes aos riscos sociais, salientando que estes remetem a situações de vulnerabilidade, desencadeando as demandas da Assistência Social para que sejam elaboradas estratégias de enfrentamento as expressões da “questão social”.

A Vigilância Socioassistencial é responsável por identificar onde estão os demandantes da Proteção Social e quantos são, bem como, qual a capacidade da rede da proteção social, equipamentos e serviços, em atender as necessidades postas pelos demandantes. (SILVA; RIZZOTTI, 2011) Deverá também ser capaz de aumentar a capacidade de proteção social e defesa dos direitos, reforçando assim o peso que a Vigilância Sociassistencial tem para a efetividade da Política Nacional de Assistência Social, reforçando sua ligação direta com as proteções sociais.

Na LOAS:

Art. 6º - A. Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) (MDS – P. 15; 2011)

Apesar de a Vigilância Socioassistencial estar regulamentada desde 1993 na Lei Orgânica da Assistência Social observamos o não funcionamento dessa ferramenta tão importante para a Assistência Social. a LOAS em seu texto vem a ratificar a importância da Vigilância Socioassistencial.

A NOB-SUAS regulamenta a sistematização da vigilância socioassistencial, para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, da seguinte maneira:

Art. 90. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir a área da Vigilância Socioassistencial diretamente vinculada aos órgãos gestores da política de assistência social, dispondo de recursos de incentivo à gestão para sua estruturação e manutenção. Parágrafo único. A Vigilância Socioassistencial constitui como uma área essencialmente dedicada à gestão da informação, comprometida com: I - o apoio efetivo às atividades de planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e execução dos serviços socioassistenciais, imprimindo caráter técnico à tomada de decisão; e II - a produção e disseminação de informações, possibilitando conhecimentos que contribuam para a efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos,

fortalecendo a função de proteção social do SUAS. (NOB-SUAS – P. 27; 2012)

Sabe-se que a orientação do MDS é ter a vigilância instalada nos Estados, Municípios e no Governo Federal, conforme pudemos observar no Art. 90º da NOB/SUAS, porém os estudos e as pesquisas realizadas para a construção deste trabalho indicam que não temos a efetividade nos municípios do Estado da Paraíba, resultando em lacunas de informações, dificultando a resolutividade dos riscos e vulnerabilidades em que a população esta inserida.

Dessa forma, a Lei Orgânica da Assistência Social fala: “a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidade, de ameaças, de vitimizações e danos”. (LOAS – P. 9; 2011)

Assegura ainda que a vigilância deverá compor a gestão das ações da assistência social e a gestão deverá afiança-la, assegurá-la e garanti-la, sendo, portanto, a vigilância uma área específica do SUAS, logo deverá ser executada dentro do âmbito do SUAS, de maneira descentralizada no âmbito federal, estadual e municipal. (Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial)

A NOB/SUAS reintegra a importância do trabalho articulado entre os serviços socioassistenciais e necessariamente os trabalhadores do SUAS e a Vigilância Socioassistencial, pois são eles os conhecedores dos territórios e das demandas da população.

Portanto a NOB/SUAS em seu Art. 88º Inciso 1º coloca:

As unidades que prestam serviços de Proteção Social Básica ou Especial e Benefícios socioassistenciais são provedoras de dados e utilizam as informações produzidas e processadas pela Vigilância Socioassistencial sempre que estas são registradas e armazenadas de forma adequada e subsidiam o processo de planejamento das ações. (MDS – P. 26; 2012)

Como retorno das informações passadas pelos serviços, a Vigilância Socioassistencial, deverá fornecer os dados necessários para que as equipes destes serviços socioassistenciais faça a avaliação das suas ações, auxiliando as equipes a visualizarem o perfil da população que demanda pelos serviços da assistência social e assim atender a demandas existentes da melhor maneira, proporcionando um planejamento das ações para as famílias que se

encontrem em situação de risco e vulnerabilidade não ficando na dependência apenas das demandas que chegam até os serviços. (MDS, 2012)

Deverá, sobretudo, conhecer o cotidiano e a realidade das famílias e indivíduos, no território em que vivem, e não apenas os dados estatísticos e números, “A Vigilância Socioassistencial não consegue ser realizada como função da política pública, se não tiver conectada com o mundo real da gestão e da prestação de serviços da política de assistência social.” (BRASIL – P. 18; 2013)

Art. 89. A Vigilância Socioassistencial deve analisar as informações relativas às demandas quanto às: I - incidências de riscos e vulnerabilidades e às necessidades de proteção da população, no que concerne à assistência social; e II - características e distribuição da oferta da rede socioassistencial instalada vistas na perspectiva do território, considerando a integração entre a demanda e a oferta. (NOB-SUAS – P. 27; 2012)

Sendo assim, a NOB-SUAS 2012 coloca como função da vigilância social no âmbito da Assistência Social:

- Produz, sistematiza informações, constrói indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoa e social, que incidem sobre famílias/pessoas, nos diferentes ciclos de vida;
- Identifica pessoas com redução de capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono;
- Identifica a incidência de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos vítimas de formas de exploração, de violência, de maus tratos e de ameaças;
- Identifica a incidência de vítimas de apartação social, que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência;
- Exerce vigilância sobre os padrões de serviços de Assistência Social, em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários.

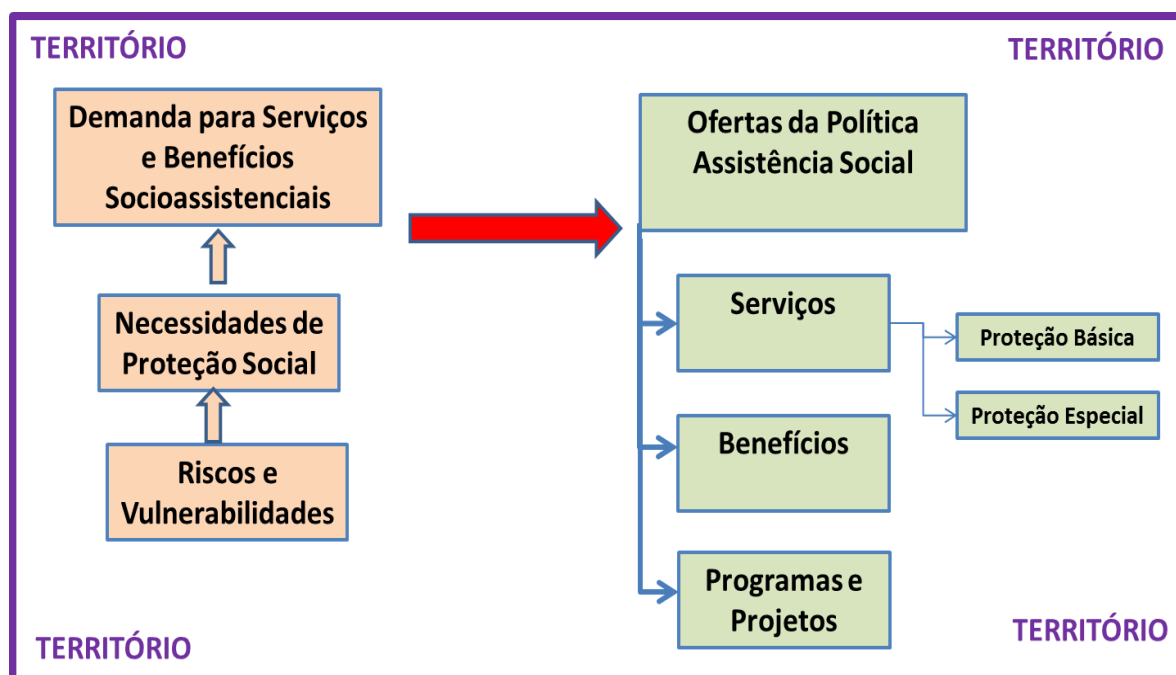
Segundo o MDS, a Vigilância Socioassistencial se organiza a partir de dois eixos fundantes a Vigilância dos riscos e vulnerabilidades, no que diz respeito aos que necessitam da Assistência Social, ou seja, famílias ou indivíduos que demandam de proteção social, as quais são possíveis obter informações referentes à incidência de violações e necessidade de proteção da população, e a vigilância dos padrões dos serviços, que está voltado para a distribuição dos serviços ofertados pela rede e suas características, bem como capacidade de atendimento as demandas do território.

Enquanto sistema de análise situacional de vulnerabilidade e risco social, a Vigilância Social constitui-se atualmente como instrumento de construção de saberes, o que supõe conhecimento da realidade a partir da leitura das demandas, necessidades e potencialidades da população, além propiciar o monitoramento dos serviços de toda a rede de entidades de assistência social vinculadas ao SUAS, com objetivo de conformar uma rede local organizada de proteção social às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social. (SILVA; RIZZOTTI – P. 3; 2011)

A vigilância socioassistencial também contribui na elaboração de planos, diagnósticos e estudos da Política Nacional de Assistência Social, os quais servirão de subsídio para elaboração de estratégias a serem utilizadas no enfrentamento dos fenômenos identificados, prevenindo e monitorando os riscos.

Deverá também realizar monitoramento e avaliação sobre os serviços ofertados à população, analisando principalmente a qualidade desses serviços e adequação necessária quanto aos serviços que serão ofertados e o volume da oferta, dará subsídio para o rumo das estratégias e correção dos problemas que por ventura surjam.

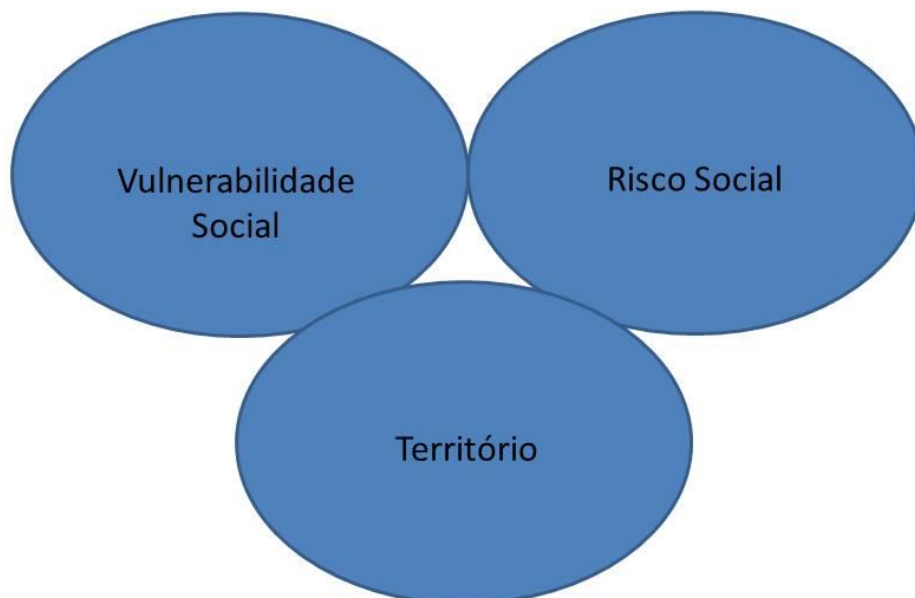
Figura 02 – Fluxo da Vigilância Socioassistencial



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

De fato, a importância da Vigilância Socioassistencial para com a efetividade da Política Nacional de Assistência Social não pode ser questionada, dessa forma, colocamos que a vigilância tem em sua base conceitual três conceitos chaves, sendo eles a vulnerabilidade social, o risco social e o território.

Figura 03 – Conceitos chave da Vigilância Socioassistencial



O conceito de vulnerabilidade social comumente está vinculado ao fator renda, contudo, a vulnerabilidade social está interligada às situações que poderá levar as famílias e indivíduos à situação de exclusão social, estando ligadas, as desigualdades sociais, pelo ciclo natural da vida e até mesmo pelo processo de produção e reprodução das desigualdades sociais. (SILVA; RIZZOTTI, 2011)

A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem. (PNAS – P. 42; 2012)

A situação de vulnerabilidade social se dá pela condição de fragilidade e da não capacidade de sobressair a uma determinada situação, a “falta de” (KOGA, 2009), situação esta de cunho cultural, psicológico, social, dentre outros. (AMARAL, 2014)

[...] Tratar das vulnerabilidades sociais supõe não esquecer de sua contra-face que são as próprias respostas de proteção social ou mais profundamente da qualidade de tais respostas ou ainda das não-respostas. Seria na visibilidade/invisibilidade dessas respostas de proteção social que as vulnerabilidades ganhariam sua concretude, sua evidência enquanto tal no real vivido pelos sujeitos. (KOGA – P. 46; 2009)

A vulnerabilidade social não é inerente a grupos específicos ou pessoas “menos favorecidas” ela não está necessariamente e exclusivamente ligado ao fator econômico, como já evidenciamos, mas esta associada a determinadas condições e podem ser reduzidas ou as famílias e indivíduos retirados desta situação. (SILVA; RIZZOTTI, 2011)

Nesse caso,

[...] Avança na discussão apontando que a vulnerabilidade social não é uma condição que está posta no sujeito, mas nos processos que os tornam vulneráveis. Assim, afirma a necessidade de compreender “os vulneráveis como vítimas de uma proteção desigual”, e acrescentamos, resultante do lugar social discriminada e segregado que ocupam no âmbito das relações societárias, o que permitiria “requerer do Estado Políticas de atribuição equânime de proteção e combate aos processos que concentram os riscos sobre os menos capazes de se fazer ouvir na esfera pública.” (ACSELRAD, 2006, p. 2 apud BRASIL – P.30; 2013)

A vulnerabilidade social nesse caso será a não efetividade da proteção social, a não proteção social dos indivíduos e família, a não ocorrência de prevenção e a não correção e redução da vulnerabilidade social provoca a situação de risco social, ampliando a exclusão social e a perda de direitos. (KOGA, 2009)

O risco social se dá na ocorrência de violações de direitos, desemprego, enchentes, desabamento, ou seja, todos os fenômenos que pode vir a colocar indivíduos e famílias em situação de exclusão social, devendo ser previsto e resolvido, ou no mínimo, reduzido.

O conceito de risco é utilizado em diversas áreas do conhecimento e tem aplicação distinta no âmbito de diversas políticas públicas, tais como, saúde, meio-ambiente, segurança etc. Via de regra, a operacionalização do conceito, numa perspectiva objetivista, visa identificar a probabilidade ou a iminência de um evento acontecer e, conseqüentemente, está articulado com a disposição ou capacidade de antecipar-se para preveni-lo, ou de organizar-se para minorar seus efeitos, quando não é possível evitar sua ocorrência. Sendo assim, a aplicação do conceito de risco está necessariamente associada à pré-definição de um evento (ou de certo conjunto de eventos), tendo em vista a peculiaridade de cada área. (MDS)¹⁰

A prevenção do acontecimento do risco social deverá ser estabelecida pelo Estado sendo um direito do cidadão, que irá assegurar a segurança ao indivíduo, indivíduo este posto dentro da sociedade, sendo assim, o risco não deverá ser considerado exclusivo de apenas um indivíduo, ele deverá estar inserido no contexto da sociedade, “um risco no sentido próprio da palavra é um acontecimento previsível, cujas chances de que ele passa acontecer e o custo dos prejuízos que trará podem ser previamente avaliados.” (CASTEL, 2005, p. 61 apud COUTO; YASBEK; RAICHELIS – P. 75; 2012)

O risco social, pelo qual a vigilância é responsável por detectar e informar as características e dimensões, se trata dos riscos a que estão expostos indivíduos, famílias, classes sociais, coletividades que se encontram fora do alcance da rede de segurança propiciada pela proteção social pública e que são gerados por uma cadeia complexa de fatores. (SILVA; RIZZOTTI – P. 9; 2011)

A vulnerabilidade social e risco social acontecem dentro do território onde as famílias e indivíduos estão inseridos, por isso, a importância do conhecimento territorial para a efetividade das ações a fim de garantir a prevenção do risco e vulnerabilidade social.

Dessa forma, as informações sobre os territórios se colocam como fundamentais na constituição da função da Vigilância Socioassistencial, e a partir delas se pode configurar instrumentos que sirvam para as articulações dessas

¹⁰ Citação retirada do caderno de informações sobre a Vigilância Socioassistencial da Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento de Gestão do SUAS, Coordenação geral dos Serviços de Vigilância Socioassistencial. (Texto base apresentado à CIT no processo de revisão da NOB-SUAS 2005)

informações territorializada definidas no âmbito do SUAS.
(BRASIL – P. 65; 2013)

É no território que estão inseridos a rede de serviços que irão atuar na identificação e prevenção da vulnerabilidade e risco social, é nele também que ocorre toda a produção das informações, fonte de trabalho da vigilância socioassistencial, e que servirá de subsídio para o planejamento e avaliação dos serviços, pois “o território é também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da *questão social* e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento.” (COUTO; YASBEK; RAICHELIS – P. 73; 2012)

As normas Operacionais Básicas tanto da PNAS/2004 como a de Recursos Humanos trazem a perspectiva territorial no delineamento de suas proposituras. A incorporação dessa dimensão escalonada das cidades expressa um reconhecimento que se faz significativo no universo da assistência social sobre diferenças e desigualdades não somente sociais, mas também territoriais. Tal constatação indica caminhos para um reconhecimento de relacionais mais complexos que se dão no cotidiano da gestão, onde respostas fragmentadoras ou homogeneizadoras tornam-se pouco efetivas ou até mesmo obsoletas em contextos de altas desigualdades sociais como os vivenciados pelas cidades brasileiras. (KOGA – P. 41; 2009)

A visualização da importância do conhecimento territorial iniciou-se com a PNAS/2004, onde define os municípios brasileiros por porte, tendo em vista o tamanho da população, inclusive definindo os repasses feitos aos municípios, para financiamento da política pública. (KOGA, 2009)

Dessa forma, fazer vigilância socioassistencial significa necessariamente conhecer as vulnerabilidades sociais e risco sociais presentes no território e principalmente identificar se a rede de equipamentos socioassistencial esta atendendo as demandas postas pelas famílias e indivíduos presentes no território.

2.2 A Vigilância Socioassistencial e a Gestão da Informação

O Estado da Paraíba possui 223 (Duzentos e Vinte e Três) municípios na sua grande maioria considerados de Pequeno Porte I, conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 01 – Distribuição populacional por porte municipal do Estado da Paraíba

Porte Município (PNAS)	Total de Municípios	%	Total de pessoas	%
Até 20.000 Hab (Pequeno I)	193	86,55	1.503.810	39,92
Até 50.000 Hab (Pequeno II)	20	8,97	545.787	14,49
Até 100.000 Hab (Médio)	6	2,69	387.419	10,29
Até 900.000 Hab (Grande)	4	1,79	1.329.818	35,30
Mais de 900.00 Hab (Metrópole)	0			
Total	223	100,00	3.766.834	100,00

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, 2014.

Em cada município paraibano temos, no mínimo, um equipamento da rede socioassistencial, ao todo, o Estado da Paraíba possui 428 (Quatrocentos e Vinte e Oito) equipamentos de Assistência Social, dividido entre CRAS, CREAS e Alta complexidade¹¹.

A perspectiva adotada pelo Suas para a organização de serviços e programas tem como base o princípio da territorialização, a partir da *lógica da proximidade do cidadão*, e basea-se na necessidade de sua oferta capilar nos “territórios vulneráveis” a serem priorizados. (COUTO; YASBEK; RAICHELIS – P. 73; 2012)

O Ministério do Desenvolvimento Social e combate a Fome regulamenta a composição de uma equipe mínima para desenvolver as atividades nos equipamentos da rede de Assistência Social, através da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) definindo os profissionais que podem atuar na operacionalização e execução da Política Nacional de Assistência Social.

Essa equipe deverá ser estabelecida de acordo com o porte de cada município, bem como sua capacidade de atendimento, a equipe de profissionais irá compor o quadro de funcionários dos equipamentos, a equipe

¹¹ Para visualização da rede socioassistencial no estado favor visualizar o mapa 2.

dos CRAS deverá seguir as orientações conforme descrito no Quadro abaixo, lembramos ainda que cada CRAS deverá ter sempre um Coordenador:

Quadro 02 – Equipe mínima recomendada para os CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compões o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos de nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: NOB-RH/SUAS: Anotada e comentada¹².

Conforme regulamenta a NOB-RH/SUAS, os CREAS, enquanto articulador da proteção social especial de média complexidade, irá contar com a equipe mínima de acordo com a sua capacidade de atendimento, conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 03 – Equipe mínima recomendada para os CREAS

Municípios em Gestão Inicial e Básica	Municípios em Gestão Plena e Estados com Serviços Regionais
Capacidade de atendimento de 50 pessoas/indivíduos	Capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos
1 Coordenador	1 Coordenador
1 Assistente Social	2 Assistentes Sociais
1 Psicólogo	2 Psicólogos

¹² Informação tirada da reimpressão da NOB-RH/SUAS: anota e comentada de 2012, página 30.

1 Advogado	1 Advogado
2 Profissionais de nível superior ou médio (Abordagem dos usuários)	4 Profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)
1 Auxiliar administrativo	2 Auxiliares administrativos

Fonte: NOB-RH/SUAS: Anotada e comentada¹³

No que se refere à Alta complexidade as equipe irão variar de acordo o serviço oferecido, para cada abordagem indicada à família ou indivíduo seja ela Casa lar, abrigo institucional, casa de passagem, Família acolhedora, República, Instituições de longa permanência para Idosos (ILPI's) o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome recomenda uma equipe de referência conforme descrito nos quadros abaixo:

Quadro 04 - Atendimento em pequenos grupos (abrigo institucional, casa-lar e casa de passagem)

Equipe de referência para atendimento direto:		
PROFISSIONAL/FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Coordenador	Nível Superior ou médio	1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos
Cuidador	Nível médio e qualificação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.

¹³ Informação tirada da reimpressão da NOB-RH/SUAS: anota e comentada de 2012, página 32.

Auxiliar de cuidador	Nível fundamental e qualificação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 auxiliar de cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 auxiliar de cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.
----------------------	---	---

Fonte: NOB-RH/SUAS: Anotada e comentada

Equipe de referência para atendimento psicossocial, vinculada ao órgão gestor:		
PROFISSIONAL/FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Assistente Social	Nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos da alta complexidade para pequenos grupos.
Psicólogo	Nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos da alta complexidade para pequenos grupos.

Fonte: NOB-RH/SUAS: Anotada e comentada

Quadro 05 - Família acolhedora

Equipe de referência para atendimento psicossocial, vinculada ao órgão gestor:		
PROFISSIONAL/FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Coordenador	Nível superior	1 profissional referenciado para até 45 usuários acolhidos.
Assistente Social	Nível superior	1 profissional para acompanhamento de até 15 famílias acolhedoras e atendimento a até 15 famílias de origem dos usuários atendidos nesta modalidade.
Psicólogo	Nível superior	1 profissional para acompanhamento de até 15 famílias acolhedoras e atendimento a até 15 famílias de origem dos usuários atendidos nesta modalidade.

Fonte: NOB-RH/SUAS: Anotada e comentada

Quadro 06 – República

Equipe de referência para atendimento psicossocial, vinculada ao órgão gestor:		
PROFISSIONAL/FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Coordenador	Nível superior	1 profissional referenciado para até 20 usuários
Assistente Social	Nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários em até dois equipamentos.
Psicólogo	Nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários em até dois equipamentos.

Quadro 07 - Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILP's

Equipe de referência para atendimento direto:	
PROFISSIONAL/FUNÇÃO	ESCOLARIDADE
1 Coordenador	Nível superior ou Médio
Cuidadores	Nível Médio
1 Assistente Social	Nível superior
1 Psicólogo	Nível superior
1 Profissional para desenvolvimento de atividades socioculturais.	Nível superior
Profissional de limpeza	Nível Fundamental
Profissional de alimentação	Nível Fundamental
Profissional de lavanderia	Nível Fundamental

Fonte: NOB-RH/SUAS: Anotada e comentada

São nesses equipamentos que estão inseridos os trabalhadores do SUAS, trabalhadores essenciais para a coleta das informações e alimentação dos instrumentos e fontes de informações utilizados pela Assistência Social.

Conforme mostrado nos quadros acima e as orientações postas na NOB-RH/SUAS os profissionais de Serviço Social ganham centralidade nas equipes de referência dos equipamentos da rede de assistência social. Este é um fato que faz emergir algumas exigências no mercado de trabalho para o Assistente Social que além de desenvolver trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais fazem parte das intervenções profissionais na contemporaneidade. (IAMAMOTO, 2007)

Acrescente-se que essa mesma autora destaca qual o novo perfil do assistente social:

Um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história. (IAMAMOTO – P.49; 2007)

O novo perfil de Assistente Social demanda a informação como elemento fundamental de sua intervenção. Sendo assim, as informações trabalhadas pela Vigilância Socioassistencial é fruto do trabalho cotidiano de milhares de assistentes sociais e outros trabalhadores do SUAS.

Frente à importância dos profissionais trabalhadores do SUAS foi instituída a Política Nacional de Capacitação, conforme trás a NOB-RH/SUAS, onde tem por finalidade capacitar, atualizar, aperfeiçoar de forma consolidar o conhecimento os atores da assistência social para que possam enfrentar os desafios cotidianos de forma a consolidar o direito socioassistencial. (NOB-RH/SUAS, 2012)

[...] Quanto mais qualificados os servidores e trabalhadores da assistência social, menos sujeitos a manipulação e mais preparados para enfrentar os jogos de pressão política e de cooptação nos espaços institucionais, conferindo qualidade e consistência teórica, técnica e política ao trabalho realizado. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS – P. 85; 2012)

A vigilância socioassistencial deverá trabalhar interligada com as proteções básica e especial, acompanhando a alimentação dos dados sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos realizados por esta rede.

Todavia, para evidenciarmos as principais fontes e instrumentos para coleta de informações da Vigilância Socioassistencial, precisamos, antes, falar um pouco da importância da Gestão da informação e como chegamos ao patamar em que nos encontramos atualmente.

Sendo assim, devido à necessidade posta pela Política Nacional de Assistência Social para construção de um novo sistema de gestão, o SUAS, a Secretaria Nacional de Assistência Social criou, inicialmente, um grupo de trabalho para a gestão da informação, que posteriormente foi elevado a Comitê Gestor de Informação e Comunicação no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

[...] Instaurou, internamente à SNAS¹⁴, uma assessoria de Informação, departamento responsável pelo desenho da Rede SUAS, rede de acompanhamento da Política de Assistência Social no país. Embora absolutamente financiada pela SNAS, a RedeSUAS, arregimenta um vasto rol de informações que, entre outros, compões a denominada Matriz de Informação Social do MDS – Misocial – um repositório de dados e informações sob responsabilidade de sua Secretaria de Avaliação e Gestão – SAGI. (GAMBARDELLA, 2011)

A Secretaria de Avaliação e Gestão (SAGI) é responsável pelo condensamento das informações e as disponibilizam para a sociedade através do seu web site, dentro da home Page do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. São disponibilizados relatórios gerais dos programas sociais e serviços, como número de beneficiários, recursos disponibilizados aos municípios, estrutura físicas dos serviços, recursos humanos, enfim, todas as informações que sinalizam as melhorias nas políticas e acompanhamento das ações do Governo Federal, bem como os resultados obtidos, os desafios e avanços encontrados, além de dar margens para realização de estudos na área.

Os sistemas de informação têm por lógica disseminar modelos, padrões operativos e mesmo conceituais. Seu uso em larga escala tem forte potencial, por um lado, para nacionalizar os elementos constituintes da política de Assistência Social e, por outro lado, possui mecanismos para arquivo e monitoramento das intervenções nos diversos âmbitos da federação. Esta perspectiva de disseminar uma unidade de linguagem e expressão, permite incutir identidade aos processos e procedimentos tão caros à unidade do SUAS em âmbito nacional. (GAMBARDELLA - P. 35; 2011)

As informações tomadas como base para a avaliação, sistematização e produção advêm do preenchimento dos instrumentos e fontes de informações, o grande leque de informação utilizado para análises da efetividade da Política de Assistência Social são de responsabilidade de preenchimento dos

¹⁴ A Secretaria Nacional de Assistência Social é a unidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) responsável pela Gestão Nacional da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na perspectiva do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Sua meta é o cumprimento da tarefa histórica de consolidar o direito à Assistência Social em todo o território nacional. (MDS, 2010)

municípios e dos estados, ocasionando uma grande responsabilidade para técnicos e gestores trabalhadores do SUAS, os quais devem oferecer a informação precisa, como forma de garantir a lisura e, conseqüentemente, maior efetividade das ações que vão incidir na vida dos usuários dos programas, projetos, serviços e benefícios decorrentes da Política em questão.

Abaixo buscaremos elencar alguns dos principais instrumentos de informações disponibilizadas pelo MDS para a Vigilância Socioassistencial, tentando colocar o que cada um traz como definição e qual sua finalidade.

Quadro 08 - Principais Instrumentos de informação

Fonte	O que é	Qual sua finalidade
CadSUAS	Comporta todas as informações cadastrais dos órgãos gestores de Assistência Social, das unidades públicas e da rede conveniada de entidades prestadoras de serviços socioassistenciais, dos fundos de Assistência Social, dos Conselhos de Assistência Social e dos trabalhadores e conselheiros que atuam no âmbito do SUAS.	O cadastro no CadSUAS é pré-requisito para se ter acesso aos questionários do Censo SUAS, RMA, pois os dados inseridos nele migram automaticamente para os questionários a serem preenchidos no período do Censo SUAS e RMA.
Censo SUAS	É um dos principais instrumentos de avaliação e monitoramento dos serviços, programas e benefícios ofertados pelo SUAS, realizado anualmente.	Realizar um diagnóstico detalhado da rede socioassistencial, construir indicadores dimensionais, índices de desenvolvimento, dentre outros.
Registro Mensal de Atendimentos - RMA	É responsável por aferir a demanda assistida nos CRAS e CREAS, dimensionando e quantificando o tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. Existem 2 (dois) tipos de registros distintos o RMA Unidade compreende aos dados mensais relativo ao número de famílias e atendimentos dos CRAS e CREAS e o RMA Família que permite o acompanhamento individualizado das famílias	Registrar e organizar as informações dos CRAS e CREAS
Prontuário SUAS	Instrumento técnico que auxilia o trabalho dos profissionais, organizando as informações indispensáveis ao acompanhamento das famílias.	Contribui para a qualificação do acompanhamento, bem como identifica as ações desenvolvidas as famílias.
CECAD	Sistema que reúne todas as informações necessárias referente às famílias que estão inseridas no CadÚnico.	Permite realizar consultas, tabulações e extrações de dados do Cadastro Único.
CadÚnico	Cadastro das famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa até de Três salários mínimos, além de famílias cadastradas em outros programas sociais.	Possibilita conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações do domicílio e também dados de cada um dos componentes da família.

Fonte: Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial

Cada instrumento de informação citado anteriormente gera uma gama de informações essenciais para a visualização de como estão os serviços disponibilizados as famílias e indivíduos, assim como, auxilia na visualização do perfil das famílias e indivíduos que estão inseridos nos sistemas de informações. Toda essa informação é disponibilizada para consulta e análise através de fontes, cujos principais, iremos detalhar no quadro abaixo:

Quadro 09 - Principais fontes de informação

Fonte	O que é	O que possibilita
IDV - Sistema de Identificação de Domicílios em Vulnerabilidade	É uma ferramenta que reúne informações relativas a dados e indicadores de vulnerabilidade e risco social e grupos específicos, assim como informação sobre a rede de serviços socioassistenciais.	Um aplicativo que permite a elaboração de mapas de vulnerabilidade e risco social ao nível de estados, municípios e por setor censitário.
Matriz de Informações Sociais	É uma ferramenta que reúne as informações oriundas de diferentes aplicativos e permite realizar o monitoramento dos programas, projetos e ações desenvolvidas pelo MDS.	Possibilita a construção de tabelas e gráficos a partir de informações escolhidas pelos usuários.
Relatório de Informações Sociais	É um aplicativo que fornece somente informações por município.	Gera relatórios com dados demográficos dos municípios e indicadores relacionados às ações de Assistência Social.
SUAS Web - Informações do cofinanciamento federal	É uma ferramenta criada para agilizar a transferência e regular e automática de recursos financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal.	Refletir sobre o volume e tipo de serviços, podendo compor indicadores de Padrão de Serviços.

Fonte: Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial

Outras fontes e instrumentos de informações são citados pelo MDS, como os dados do IBGE referente ao censo demográfico, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio), onde possui informações socioeconômicas da população, o Disque 100 (Disque Denúncia Nacional) e o SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação – DataSUS – Notificação de Violências), BPC (Benefício de Prestação Continuada) na escola, onde acompanha e monitora o acesso e à permanência de pessoas com deficiência nas escolas, vinculado ao Programa BPC na escola, SISPETI

(Sistema de Controle e Acompanhamento da Frequência no Serviço Socioeducativo do PETI) responsável com controlar e acompanhar a frequência das crianças e adolescentes do PETI, e mais os instrumentos que poderão ser criados pela Vigilância Socioassistencial de cada órgão gestor com a finalidade de dar subsidio para a efetividade da Política Nacional de Assistência Social.

2.3 A configuração da Rede Socioassistencial no Estado da Paraíba

A Proteção Social é uma das funções da Assistência Social, conforme regulamenta a Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS/2004), provem conjuntos de ações que visam reduzir os riscos e as vulnerabilidades dos indivíduos, buscando diminuir o “impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida”. (NOB/SUAS – P. 90; 2005)

Seus princípios são:

- a) A matricialidade sociofamiliar;
- b) Territorialização;
- c) A proteção pró-ativa;
- d) Integração à seguridade social;
- e) Integração às políticas sociais e econômicas. (NOB/SUAS – P. 90; 2005)

Sendo assim, a Proteção Social da Assistência Social tem a família como o centro de suas ações, por isso o princípio da Matricialidade Familiar, não existe mais a individualização do sujeito em situação de risco e vulnerabilidade social. (NOB/SUAS, 2005)

Para que a Proteção Social se efetive em sua plenitude se faz necessário o conhecimento do território onde os usuários da Assistência Social estão presentes. Conhecendo as fragilidades do território e auxiliando na implantação da rede socioassistencial, onde os índices estiverem maiores se faz necessário à presença da rede de serviços nesse território. (NOB/SUAS, 2005)

O princípio da proteção pró-ativa se dá no conjunto de ações que visam proteger os indivíduos e as famílias das situações de risco e vulnerabilidade social, se dá principalmente na Proteção Social Básica. (NOB/SUAS, 2005)

A integração a Seguridade Social reforça o fato de a Assistência Social estar inserida no tripé da Seguridade Social lembrando a necessidade da intersetorialidade entre as políticas da saúde, da previdência social e da assistência social. (NOB/SUAS, 2005)

O princípio da integração às políticas sociais e econômicas significa dizer que os sujeitos e as famílias precisam de proteção integrada entre o social e o econômico. (NOB/SUAS, 2005)

A Proteção Social da Assistência Social esta dividida e hierarquizada em duas proteções, a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), proteção esta dividida em média complexidade e alta complexidade como já elencamos anteriormente.

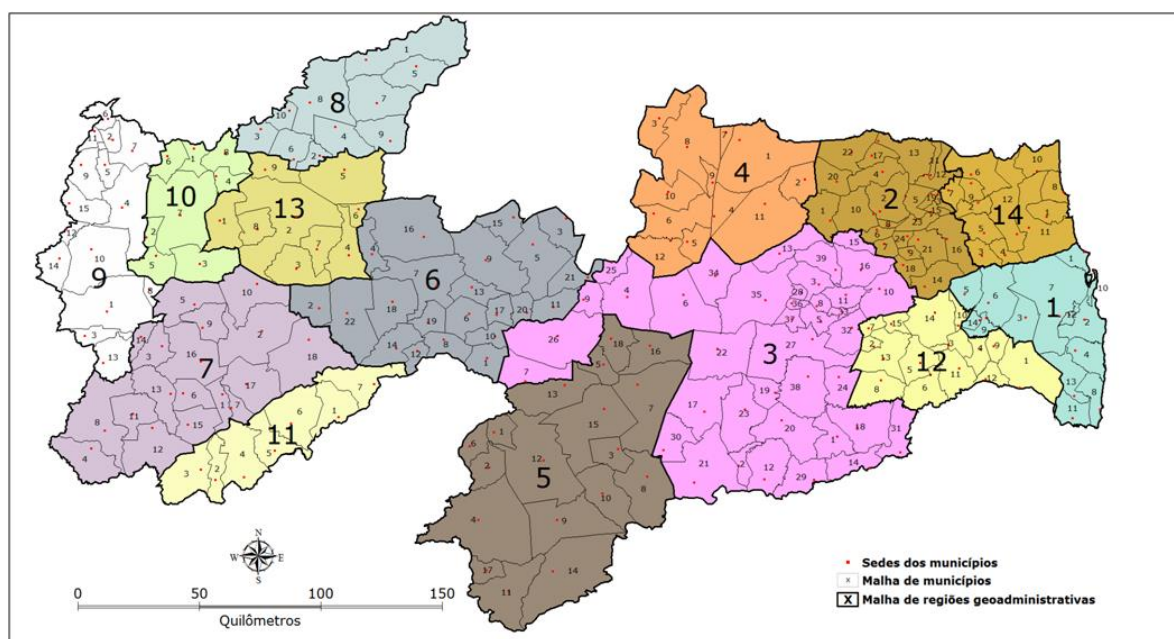
Figura 04 – Sistema Único de Assistência Social



Fonte: PNAS, 2004.

Os equipamentos da Proteção Social são estrategicamente localizados e distribuídos de acordo com as 14 (Quatorze) regiões Geoadministrativas¹⁵ do Estado da Paraíba, o mapa abaixo auxilia na visualização dessas divisões territoriais:

Mapa 01 - Divisão das 14 Regiões Geoadministrativas do Estado da Paraíba



Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba, 2013.

Cada região é composta por municípios territorialmente interligados, abaixo evidenciaremos a composição de cada uma das 14 Regiões Geoadministrativas.

¹⁵ O Estado da Paraíba foi dividido em 14 Regiões Geoadministrativas que organizam de forma sistemática e territorial as ações do Governo do Estado, foi proposta uma revisão dos municípios componentes de cada região geoadministrativa, porém até a finalização desse trabalho, tal ajuste não foi oficializado, por tanto, utilizaremos as divisões oficiais.

Figura 05 – Municípios por Região Geoadministrativa do Estado da Paraíba¹⁶

MUNICÍPIOS POR REGIÕES GEOADMINISTRATIVAS DA PARAÍBA:					
1ª REGIÃO 1-LUCENA 2-JOÃO PESSOA 3-CRUZ DO ESPÍRITO SANTO 4-CONDE 5-MARI 6-SAPÉ 7-SANTA RITA 8-PITIMBU 9-SOBRADO 10-CABELO 11-CAAPORÃ 12-BAYEUX 13-ALHANDRA 14-RIACHÃO DO POÇO	3ª REGIÃO 1-GADO BRAVO 2-RIACHO DE SANTO ANTÔNIO 3-ESPERANÇA 4-JUAZEIRINHO 5-LAGOA SECA 6-SOLEDADE 7-LIVRAMENTO 8-SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA 9-ASSUNÇÃO 10-ALAGOA GRANDE 11-ALAGOA NOVA 12-ALCANTIL 13-ALGODÃO DE JANDAÍRA 14-UMBUIZEIRO 15-ARARA 16-AREIA 17-CABACEIRAS 18-AROEIRAS 19-CATURITÉ 20-BARRA DE SANTANA 21-BARRA DE SÃO MIGUEL 22-BOA VISTA 23-BOQUEIRÃO 24-FAGUNDES 25-TENÓRIO 26-TAPERÓIA 27-CAMPINA GRANDE 28-AREIAL 29-SANTA CECÍLIA 30-SÃO DOMINGOS DO CARIRI 31-NATUBA 32-MASSARANDUBA 33-MATINHAS 34-OLIVEDOS 35-POCINHOS 36-MONTADAS 37-PUXINANÃ 38-QUEIMADAS 39-REMÍGIO	4ª REGIÃO 1-CUITÉ 2-DAMIÃO 3-FREI MARTINHO 4-SOSSÉGO 5-CUBATI 6-PEDRA LAVRADA 7-NOVA FLORESTA 8-PICUI 9-BARAÚNA 10-NOVA PALMEIRA 11-BARRA DE SANTA ROSA 12-SERIDÓ 5ª REGIÃO 1-AMPARO 2-PRATA 3-COXIOLA 4-MONTEIRO 5-PARARI 6-OURO VELHO 7-SÃO JOÃO DO CARIRI 8-CARAUBAS 9-CAMALAU 10-CONGO 11-SÃO SEBASTIÃO DO UMBUIZEIRO 12-SUMÉ 13-SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS 14-SÃO JOÃO DO TIGRE 15-SERRA BRANCA 16-GURIJÃO 17-ZABÉLE 18-SANTO ANDRÉ	6ª REGIÃO 1-DESTERRO 2-EMAS 3-SÃO JOSÉ DO SABUGI 4-MALTA 5-SANTA LUZIA 6-CACIMBA DE AREIA 7-PATOS 8-TEIXEIRA 9-SÃO MAMEDE 10-CACIMBAS 11-SALGADINHO 12-MATURÉIA 13-QUIXABÁ 14-MÃE D'ÁGUA 15-VÁRZEA 16-SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS 17-PASSAGEM 18-SANTA TERESINHA 19-SÃO JOSÉ DO BONFIM 20-AREIA DE BARAÚNAS 21-JUNCO DO SERIDÓ 22-CATINGUEIRA 7ª REGIÃO 1-PEDRA BRANCA 2-PIANCÓ 3-SÃO JOSÉ DE CAIANA 4-SANTA INÊS 5-AGUIAR 6-BOA VENTURA 7-NOVA OLINDA 8-CONCEIÇÃO 9-IGARACY 10-COREMAS 11-BIARA 12-SANTANA DE MANGUEIRA 13-DIAMANTE 14-SERRA GRANDE 15-CURRAL VELHO 16-ITAPORANGA 17-SANTANA DOS GARROTES 18-OLHO D'ÁGUA	8ª REGIÃO 1-BELÉM DO BREJO DO CRUZ 2-MATO GROSSO 3-BOM SUCESSO 4-RIACHO DOS CAVALOS 5-SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ 6-JERICÓ 7-BREJO DO CRUZ 8-CATOLÉ DO ROCHA 9-SÃO BENTO 10-BREJO DOS SANTOS 9ª REGIÃO 1-SÃO JOSÉ DE PIRANHAS 2-SANTARÉM 3-MONTE HOREBE 4-SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE 5-POÇO DE JOSÉ DE MOURA 6-POÇO DANTAS 7-UIRÁUNA 8-CARRAPATEIRA 9-TRIUNFO 10-CAJAZEIRAS 11-BERNARDINO BATISTA 12-BOM JESUS 13-BONITO DE SANTA FÉ 14-CACHOEIRA DOS ÍNDIOS 15-SANTA HELENA 10ª REGIÃO 1-LASTRO 2-MARIZÓPOLIS 3-SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA 4-SÃO FRANCISCO 5-NAZAREZINHO 6-VIEIRÓPOLIS 7-SOUSA 8-SANTA CRUZ	11ª REGIÃO 1-ÁGUA BRANCA 2-SÃO JOSÉ DE PRINCESA 3-MANAÍRA 4-PRINCESA ISABEL 5-TAVARES 6-JURU 7-IMACULADA 12ª REGIÃO 1-PEDRAS DE FOGO 2-RIACHÃO DO BACAMARTE 3-SÃO JOSÉ DOS RAMOS 4-PILAR 5-MOGEIRO 6-SALGADO DE SÃO FÉLIX 7-SERRA REDONDA 8-ITATUBA 9-SÃO MIGUEL DE TAIPI 10-CALDAS BRANDÃO 11-ITABAIANA 12-JURIPIRANGA 13-INGÁ 14-GURINHÉM 15-JUAZÉ TÁVORA 13ª REGIÃO 1-APARECIDA 2-POMBAL 3-CAJAZEIRINHAS 4-CONDADO 5-PAULISTA 6-VISTA SERRANA 7-SÃO BENTINHO 8-SÃO DOMINGOS 9-LAGOA 14ª REGIÃO 1-MARCAÇÃO 2-CURRAL DE CIMA 3-CUITÉ DE MAMANGUAPE 4-CAPIM 5-ITAPOROROCA 6-JACARAÚ 7-LAGOA DE DENTRO 8-BAÍA DA TRAIÇÃO 9-PEDRO RÉGIS 10-MATARACA 11-RIO TINTO 12-MAMANGUAPE

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba, 2013.

2.3.1 O mapeamento da rede de proteção – básica e especial, no Estado da Paraíba

Iremos utilizar os dados que constam no Relatório Técnico – Georreferenciamento da Rede Pública do Estado da Paraíba – Assistência Social, Educação e Saúde, onde, o objeto de estudo do referido projeto se dá na construção de um banco de dados unificado e georreferenciado da rede

¹⁶ A partir das 14 Regiões Geoadministrativas do Estado da Paraíba foi realizado um estudo demandado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano sob a coordenação do Projeto da Profa. Dra. Marinalva Conserva do NEPPS/UFPB, em parceria com o Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais vinculado à PUC-SP e ao INPE-SP. Tendo como produto final – O Georreferenciamento da Rede Pública do Estado da Paraíba - Assistência Social, Educação e Saúde. Essa construção contou com a participação da Vigilância Socioassistencial na referida Secretaria de Estado. Assim, faremos uso dessa ferramenta para apresentar o mapeamento da rede socioassistencial na Paraíba.

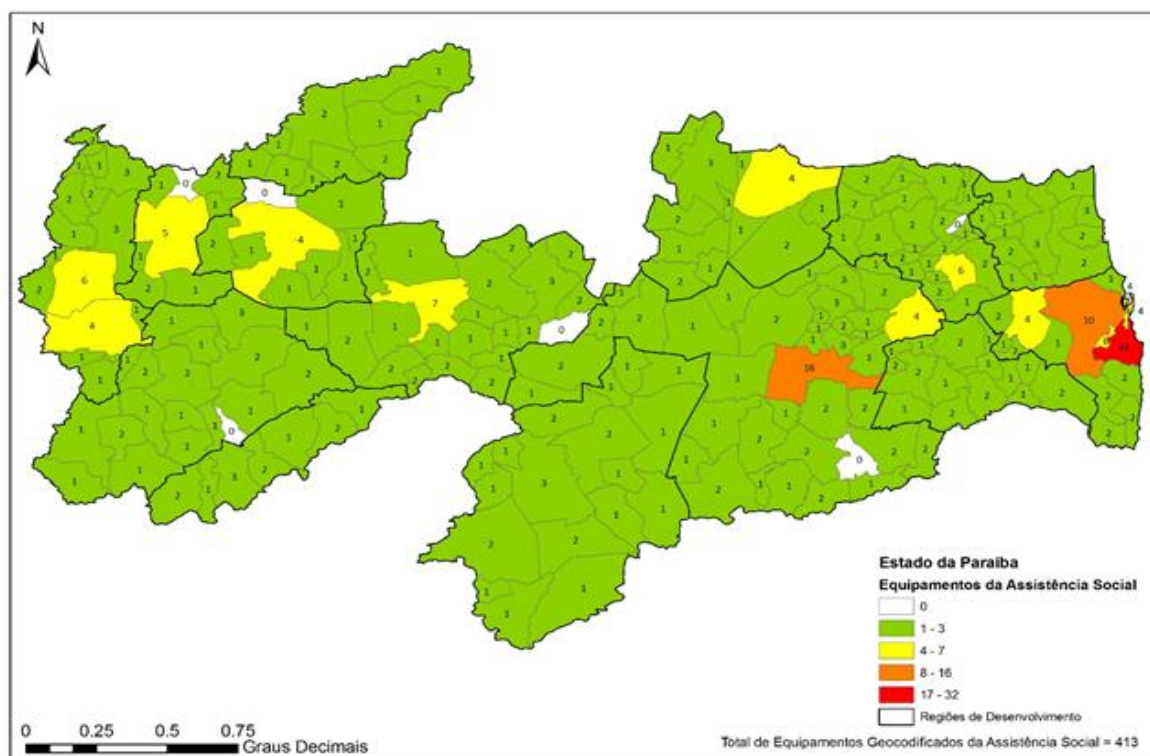
pública governamental da Assistência Social, da Educação e da Saúde do Estado da Paraíba. Trata-se de um estudo com a caracterização da rede pública governamental do Estado da Paraíba, tendo como base as 14 Regiões Geoadministrativas, em escala municipal.

O Relatório Técnico – Georreferenciamento da Rede Pública do Estado da Paraíba – Assistência Social, Educação e Saúde juntamente com outras pesquisas em andamento na SEDH esta no campo da gestão intersetorial e avaliação das políticas públicas no âmbito do Estado da Paraíba, foco de preocupação da SEDH em dimensionar os vínculos sociais e territoriais e sua relação com a proteção social das famílias de baixa renda, e de modo especial as que estão inseridas nos programas de transferência de renda.

Na perspectiva de subsidiar e qualificar a gestão pública espera-se, a partir dos produtos gerados, criar referenciais e instrumentos para orientação e redirecionamento da gestão intersetorial das Políticas de Proteção Social para o Estado da Paraíba, e de modo específico à gestão territorializada da Política Pública de Assistência Social, em articulação com as políticas de Saúde, Educação, entre outras.

A abordagem metodológica utilizada na execução do relatório foi o setor censitário, definido pela malha censitária do IBGE (2010) sendo definido como a unidade espacial básica para localização dos equipamentos da rede de proteção social. Os censos demográficos e contagens populacionais têm o setor censitário como sua unidade espacial mais detalhada para divulgação e distribuição de informação agregada sobre domicílios. Desta forma, a localização dos equipamentos da rede de proteção social nos setores possibilita a integração com informações censitárias essenciais para caracterização de grupos e vizinhanças. (Conserva, 2014)

Mapa 02 - Distribuição dos equipamentos Georreferenciados da Assistência Social no Estado da Paraíba



Fonte: Relatório Técnico – Georreferenciamento da Rede Pública do Estado da Paraíba – Assistência Social, Educação e Saúde. NEPPS/UFPB/SEDH/BID/2014.

O mapa expõe a localização dos equipamentos da Assistência Social no estado da Paraíba, um dos produtos da Topografia Social do Estado da Paraíba. Tal mapa evidencia os equipamentos que foram georreferenciados de acordo com o setor censitário de cada endereço fornecido por cada equipamento, ou seja, os equipamentos que informaram endereço inválido ou não correspondente a um setor censitário ficaram inviáveis a localização exata no mapa, o que não necessariamente significa dizer que o equipamento não exista, ele apenas não foi localizado no setor censitário, por isso a diferença no total de equipamentos existentes e o total de equipamentos georreferenciados.

A Proteção Social Básica trabalha para garantir que o vínculo familiar e comunitário seja mantido, prevenindo as situações de risco, destina-se a:

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social

residentes nos territórios de abrangência dos CRAS.¹⁷ (MDS, 2011)

De acordo com Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais os CRAS são ao Centro de Referência de Assistência Social, onde são responsáveis por ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), buscando o fortalecimento de vínculos através do trabalho social continuado com as famílias, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviços de Proteção Social Básica em domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Conforme a LOAS descreve em seu Art. 6º - C Inciso 1º:

O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

O Estado da Paraíba tem 223 (Duzentos e Vinte e Três) Municípios onde cada um desses possui no mínimo 01 (Um) O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), alguns dois ou mais CRAS, conforme descrito abaixo:

Quadro 10 – Municípios com 02 ou mais CRAS

Item	Município	Quantidade de CRAS
1	Alagoa Grande	2
2	Baía da Traição	2
3	Bayeux	3
4	Cajazeiras	2
5	Campina Grande	8
6	Cuité	2
7	Guarabira	2
8	João Pessoa	11
9	Patos	4

¹⁷ Informação coletada na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

10	Pitimbu	2
11	Pombal	2
12	Santa Rita	7
13	Sapé	2

Fonte: Censo SUAS 2013

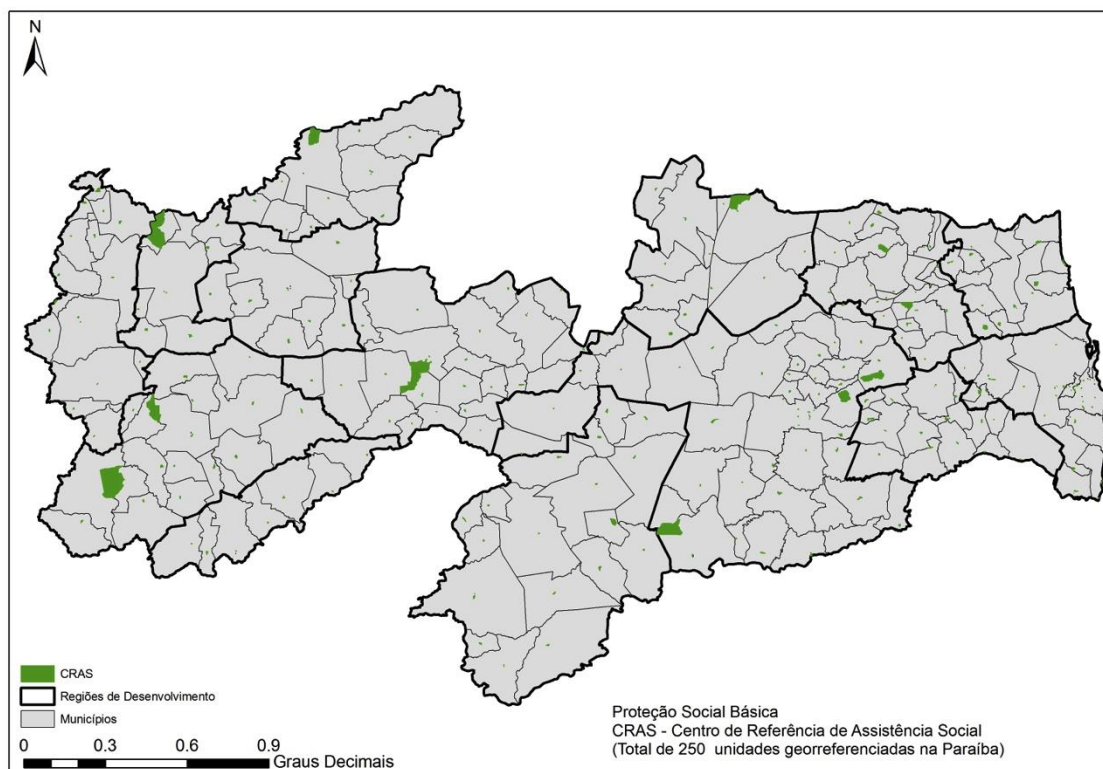
Ao todo o Estado da Paraíba possui 258 (Duzentos e cinquenta e oito) CRAS de acordo com os dados do Censo SUAS 2013¹⁸, desta forma, as 14^a Regiões Geoadministrativas¹⁹ são atendidas pela Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica, os demais municípios paraibanos não elencados na tabela anterior possui apenas um CRAS.

Abaixo o mapa do Estado da Paraíba com a localização dos CRAS, de acordo com o setor censitário:

¹⁸ Disponível em <http://blog.mds.gov.br/redesuas/?p=474> acesso em Novembro de 2014.

¹⁹ Informação coletada na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba.

Mapa 03 - Distribuição Georreferenciada dos CRAS no Estado da Paraíba²⁰



Relatório Técnico – Georreferenciamento da Rede Pública do Estado da Paraíba – Assistência Social, Educação e Saúde. NEPPS/UFPB/SEDH/BID/2014.

A Proteção Social Especial deverá prover assistência aos indivíduos e famílias que por algum motivo tiveram seus vínculos familiares e comunitários rompidos, indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, seja por situação de maus tratos, abandono, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, entre outras. (NOB/SUAS, 2005)

São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e

²⁰ O mapa expõe a localização dos CRAS no estado da Paraíba que foram Georreferenciados de acordo com o setor censitário de cada endereço fornecido por cada equipamento no Censo SUAS 2013, ou seja, os equipamentos que informaram endereço inválido ou não correspondente a um setor censitário ficou inviável a localização exata no mapa, o que não necessariamente significa dizer que o equipamento não exista, ele apenas não foi localizado no setor censitário, por isso a diferença no total de equipamentos existentes e o total de equipamentos georreferenciados.

processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantias de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. (PNAS – P. 37; 2004)

A Proteção Social Especial esta dividida em média complexidade e alta complexidade.

Os atendimentos da Proteção Social Especial de média complexidade são destinados às famílias e indivíduos que estão em situação de violação de direitos, mas que tem os vínculos familiares e comunitários mantidos requer um atendimento sistemático e monitorado, tal atendimento se dá através dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, são responsáveis por oferecer Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI), o Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Sendo assim a LOAS coloca em seu Art. 6º - C Inciso 2º que:

O CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

No Estado da Paraíba os CREAS estão distribuídos nas 14ª Regiões Geoadministrativas, sendo 78 (Setenta e Oito) CREAS Municipais e 26 (Vinte e Seis) CREAS Regionais²¹.

²¹ Informações coletadas no Censo SUAS 2013, disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/?p=474>.

Os CREAS municipais possui equipe gerida pela Assistência Social do município, sendo eles:

Quadro 11 – Municípios com CREAS municipais

ITEM	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE CREAS
1	ALAGOA GRANDE	1
2	ALHANDRA	1
3	ARARUNA	1
4	AREIA	1
5	AROEIRAS	1
6	BANANEIRAS	1
7	BARRA DE SANTANA	1
8	BAYEUX	1
9	BELEM	1
10	BOQUEIRAO	1
11	CAAPORA	1
12	CABEDELO	1
13	CACHOEIRA DOS INDIOS	1
14	CAJAZEIRAS	1
15	CAMPINA GRANDE	3
16	CATINGUEIRA	1
17	CATOLE DO ROCHA	1
18	CONCEICAO	1
19	CONDE	1
20	COREMAS	1
21	CUITE	1
22	DESTERRO	1
23	ESPERANCA	1
24	FAGUNDES	1
25	GUARABIRA	1
26	GURINHEM	1
27	INGA	1
28	ITABAIANA	1
29	ITAPORANGA	1
30	ITAPOROROCA	1
31	JOAO PESSOA	4
32	JUAZEIRINHO	1
33	JUNCO DO SERIDO	1
34	LAGOA SECA	1
35	MAE DAGUA	1

36	MAMANGUAPE	1
37	MARCACAO	1
38	MARI	1
39	MATUREIA	1
40	MONTEIRO	1
41	NATUBA	1
42	NAZAREZINHO	1
43	NOVA PALMEIRA	1
44	PATOS	1
45	PEDRAS DE FOGO	1
46	PIANCO	1
47	PICUI	1
48	PIRPIRITUBA	1
49	POCINHOS	1
50	POCO DANTAS	1
51	POCO DE JOSE DE MOURA	1
52	POMBAL	1
53	PRINCESA ISABEL	1
54	QUEIMADAS	1
55	RIACHAO DO BACAMARTE	1
56	RIO TINTO	1
57	SANTA LUZIA	1
58	SANTA RITA	1
59	SAO BENTO	1
60	SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	1
61	SAO JOSE DE CAIANA	1
62	SAO JOSE DO SABUGI	1
63	SAO MAMEDE	1
64	SAPE	1
65	SERRARIA	1
66	SOBRADO	1
67	SOLANEA	1
68	SOLEDADE	1
69	SOUSA	1
70	SUME	1
71	TAPEROA	1
72	TEIXEIRA	1
73	UIRAUNA	1

Fonte: Censo SUAS 2013

Os CREAS Regionais são geridos pelo Estado da Paraíba através da Coordenação dos CREAS Regionais, os 26 (Vinte e Seis) CREAS Regionais

são responsáveis por “cobrir” as áreas descobertas pelos CREAS Municipais, ou seja, os municípios que não possuem CREAS Municipais estão, necessariamente, cobertos pelos CREAS Regionais²², divididos em CREAS Polo onde cada um possui sua área de cobertura envolvendo um leque de municípios de acordo com sua disposição territorial e sua sede fica em município localizado estrategicamente²³, abaixo segue os municípios cujos CREAS Regionais estão sediados:

Quadro 12 – Municípios que sediam o CREAS Regional

ITEM	MUNICÍPIO POLO
1	ALAGOINHA
2	APARECIDA
3	ASSUNÇÃO
4	BAÍA DA TRAIÇÃO
5	CACIMBA DE DENTRO
6	SAO JOSE DE PIRANHAS
7	SAO JOSE DOS CORDEIROS
8	RIACHO DOS CAVALOS
9	BARRA DE SAO MIGUEL
10	ARACAGI
11	IBIARA
12	OLHO D'AGUA
13	LUCENA
14	TAVARES
15	CAMALAU
16	SALGADO DE SAO FELIX
17	BARRA DE SANTA ROSA
18	MALTA
19	MANAÍRA
20	VARZEA
21	SANTA CECÍLIA

²² A cobertura dos municípios que não possuem CREAS Municipais se dá através dos CREAS Regionais onde tem os Municípios Vinculados são aqueles que estão, territorialmente, mais próximo do município onde se localiza o CREAS Polo e a equipe técnica do CREAS Regional faz visitas regularmente ao município e recebem assistência da equipe. E os municípios referenciados, são localizados mais distantes do município onde o CREAS Regional se localiza e a equipe técnica faz a visita sempre que solicitada ou quando surgem demandas.

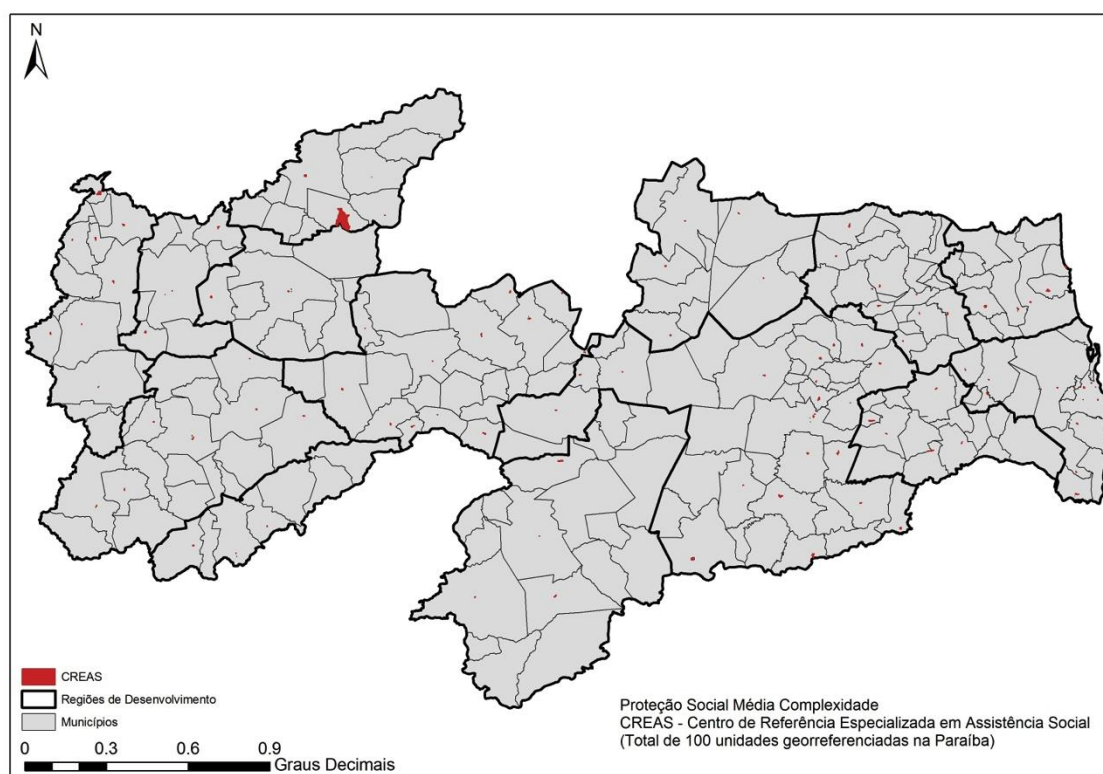
²³ Informação coletada na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba, na Coordenação dos CREAS Regionais.

22	SANTA CRUZ
23	SÃO SEBASTIÃO LAGOA DE ROÇA
24	SÃO VICENTE DO SERIDÓ
25	REMÍGIO
26	TRIUNFO

Fonte: Censo SUAS 2013

Abaixo o mapa do Estado da Paraíba com a localização exata de cada CREAS:

Mapa 04 - Distribuição Georreferenciada dos CREAS no Estado da Paraíba²⁴



Relatório Técnico – Georreferenciamento da Rede Pública do Estado da Paraíba – Assistência Social, Educação e Saúde. NEPPS/UFPB/SEDH/BID/2014.

²⁴ O mapa expõe a localização dos CREAS no estado da Paraíba, evidencia os CREAS que foram Georreferenciados de acordo com o setor censitário de cada endereço fornecido por cada equipamento no Censo SUAS 2013, ou seja, os equipamentos que informaram endereço inválido ou não correspondente a um setor censitário ficou inviável a localização exata no mapa, o que não necessariamente significa dizer que o equipamento não exista, ele apenas não foi localizado no setor censitário, por isso a diferença no total de equipamentos existentes e o total de equipamentos georreferenciados.

Conforme orienta a Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS/2004), os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade deverão garantir a proteção integral a famílias e indivíduos que se encontrarem sofrendo ameaça e que seja necessário seu afastamento do convívio familiar e, ou, comunitário. (PNAS, 2004)

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a Proteção Social Especial de Alta complexidade deverá oferecer o Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedor e o Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Desta forma, deverá ser assegurado a família ou indivíduo, retirado do núcleo familiar e encaminhado para Casa lar, República, Albergue, Casa de passagem, dentre outros, a moradia, o alimento, a higiene e o trabalho protegido (PNAS, 2004), ou seja, não é apenas “tirar por tirar”, as garantias mínimas de sobrevivência e convívio deverão ser asseguradas.

O Estado da Paraíba conta hoje com aproximadamente 66 (Sessenta e Seis)²⁵ unidades cadastradas para atendimento da alta complexidade no Estado. Sendo 39 (Trinta e Nove) unidades voltadas para o Serviço de Acolhimento Institucional para o Idoso, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e 27 (Vinte e Sete) unidades voltadas para o acolhimento às crianças, adolescentes e jovens.

A disposição das unidades nos municípios do Estado da Paraíba segue abaixo:

²⁵ Informação coletada na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba. Falamos em “aproximadamente”, pois como não precisa da aprovação do Estado para abertura e funcionamento, esse número pode vir a ser maior do que o apresentado no trabalho.

Quadro 13 – Municípios que possuem unidade para atendimento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

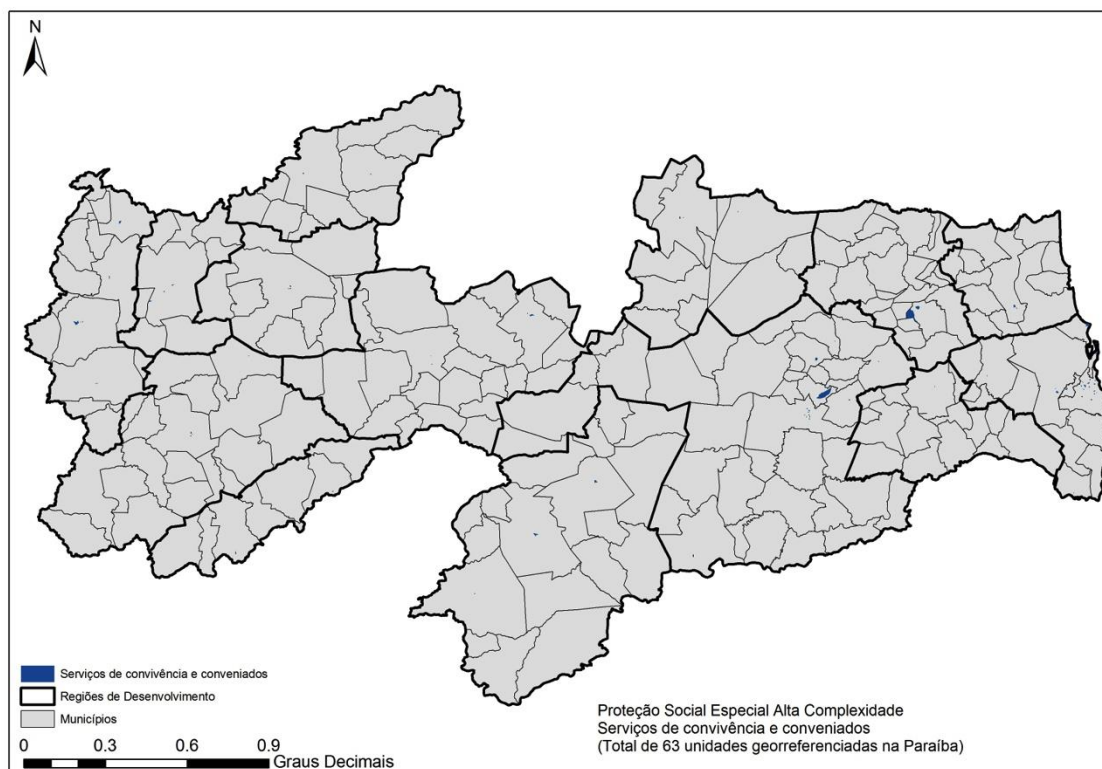
MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE UNIDADES	PÚBLICO ATENDIDO
ÁGUA BRANCA	1	CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS
ALAGOA GRANDE	1	IDOSOS
BAYEUX	2	IDOSOS
BELÉM	1	IDOSOS
CABEDELO	1	CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS
CABEDELO	2	IDOSOS
CAJAZEIRAS	3	IDOSOS
CAMPINA GRANDE	4	CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS
CAMPINA GRANDE	2	IDOSOS
COREMAS	1	IDOSOS
CUITÉ	1	IDOSOS
ESPERANÇA	1	CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS
GUARABIRA	2	CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS
GUARABIRA	1	IDOSOS
JOÃO PESSOA	12	CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS
JOÃO PESSOA	6	IDOSOS
LAGOA SECA	1	IDOSOS
LUCENA	1	CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS
MAMANGUAPE	1	CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS
MONTEIRO	1	CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS
MONTEIRO	1	IDOSOS
PATOS	2	IDOSOS
PICUÍ	1	IDOSOS
POMBAL	1	IDOSOS
PRINCESA ISABEL	1	CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS
REMÍGIO	1	IDOSOS
SANTA LUZIA	1	IDOSOS
SANTA RITA	2	IDOSOS

SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	1	IDOSOS
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	2	IDOSOS
SAPÉ	1	CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS
SERRA BRANCA	1	IDOSOS
SOLÂNEA	1	IDOSOS
SOUSA	1	CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS
SOUSA	2	IDOSOS
SUMÉ	1	IDOSOS
UIRAÚNA	1	IDOSOS

FONTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - Coordenação Estadual do Idoso e Pessoa com deficiência Abril/2014

Abaixo o mapa do Estado da Paraíba com a localização dos equipamentos da Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

Mapa 05 - Distribuição Georreferenciada dos Serviços de Acolhimento no Estado da Paraíba²⁶



Relatório Técnico – Georreferenciamento da Rede Pública do Estado da Paraíba – Assistência Social, Educação e Saúde. NEPPS/UFPB/SEDH/BID/2014.

No próximo capítulo tentaremos mostrar um pouco da realidade dos municípios do Estado da Paraíba com relação à Vigilância Socioassistencial, buscando principalmente entender como a Vigilância Socioassistencial esta sendo entendida pelos profissionais trabalhadores do SUAS.

²⁶ O mapa expõe a localização dos equipamentos de Alta complexidade no estado da Paraíba, os que foram Georreferenciados de acordo com o setor censitário de cada endereço fornecido por cada equipamento a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba, ou seja, os equipamentos que informaram endereço inválido ou não correspondente a um setor censitário ficou inviável a localização exata no mapa, o que não necessariamente significa dizer que o equipamento não exista, ele apenas não foi localizado no setor censitário, por isso a diferença no total de equipamentos existentes e o total de equipamentos georreferenciados.

3. A CONSTRUÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO ESTADO DA PARAÍBA.

Esse capítulo objetiva apresentar os resultados do instrumento²⁷ aplicado com os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que participaram da segunda etapa do Capacita SUAS no Estado da Paraíba.

Foram aplicados questionários semiestruturados contendo questões abertas e questões fechadas, com o intuito de conhecer como a Vigilância Socioassistencial esta posta em 29 (vinte e nove) Municípios que tiveram Assistentes Sociais no Capacita SUAS, a aplicação do instrumento foi realizada na segunda etapa do Capacita SUAS do Estado da Paraíba no período de 26/05/2014 a 13/06/2014 tendo contado com a participação de 478 (quatrocentos e setenta e oito) trabalhadores do SUAS²⁸ das diversas áreas de formação, de técnicos da Assistência Social a Gestores, trabalhadores responsáveis pela coleta e alimentação dos diversos sistemas utilizados para a consolidação da Vigilância Socioassistencial.

Os Assistentes Sociais foram escolhidos para participarem dessa pesquisa, devido à importância dada a essa categoria pela Política Nacional de Assistência Social, como pudemos observar no Capítulo 2 desse trabalho. Ao todo tiveram 478 (Quatrocentos e Setenta e Oito) participantes, sendo 189 (Cento e Oitenta e Nove) Assistentes Sociais, dessa forma tivemos aproximadamente 17% (Dezessete) dos Assistentes Sociais presentes nos cursos participando da nossa pesquisa.

Foram aplicados 33 (trinta e três) questionários. O instrumento foi apresentado aos participantes dos cursos e os que se disponibilizaram a participar da pesquisa foi entregue o instrumento, priorizando os Assistentes Sociais, sendo este o critério de seleção dos participantes.

²⁷ Para conhecer melhor o instrumento utilizado para a coleta de dados favor remeter ao anexo 2 desse trabalho.

²⁸ Dados coletados no Relatório de execução do Capacita SUAS no Estado da Paraíba, relatório disponibilizado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba em conjunto com a Universidade Federal da Paraíba, através do Programa de Pós Graduação em Serviço Social.

Analizamos individualmente cada questionário fazendo a tabulação dos dados que poderia ser tabulados e analisados numericamente e estatisticamente, as questões fechadas. Se tratando das questões abertas do questionário fizemos a sistematização das respostas, vinculada aos entrevistados, enumerados de 01 a 33, identificamos quais as categorias teóricas abordadas por cada um deles e assim concluimos nossa análise, chegando às definições constantes no item 3.4 desse capítulo.

Em sentido amplo, entende-se que pesquisa é o conjunto de atividades que têm como finalidade descobrir novos conhecimentos, seja em que área ou em que nível for (PRESTES 2003, p. 24).

É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontramos suas razões e seus objetivos. (MINAYO – P. 16; 2012)

Este estudo será realizado sob o enfoque da Pesquisa Social Empírica e documental “diz respeito ao conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar os dados empíricos” (MINAYO – P 27; 2012), a ser investigada a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa através de dados estatísticos e de pesquisa, numa perspectiva analítico-crítica, no entanto será priorizada a metodologia qualitativa.

A pesquisa qualitativa difere da quantitativa pelo fato de não empregar dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema, esta irá trabalhar com análise documental e análise de dados do tema proposto, na tentativa de compreensão detalhada dos significados.

O fato de a análise e interpretação dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa não tem como finalidade contar opiniões ou pessoas. Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar. Esse estudo do material não precisa abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores porque, em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas

características costumam ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidade próprias da biografia de cada interlocutor. Por outro lado também devemos considerar que sempre haverá diversidade de opiniões e crenças dentro de um mesmo segmento social e a análise qualitativa deve dar conta dessa diferenciação interna os grupos. Assim, ao analisarmos e interpretarmos informações geradas por uma pesquisa qualitativa, devemos caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social. (GOMES – P. 79; 2012)

A análise da pesquisa se caracteriza pela decomposição dos dados objetos da pesquisa e a interpretação que é a síntese sobre os dados, estendendo-as em relação a um todo. A interpretação abrange - a classificação, a codificação, a tabulação, a análise dialético-crítica dos dados e a análise qualitativa do discurso.

O Marxismo enquanto abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais é uma outra teoria sociológica importante... A dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos. (MINAYO – P. 16; 2012)

Inicialmente pensou-se em tabular as questões abertas da entrevista semiestruturada aplicada aos trabalhadores do SUAS, porém verificou-se a perda de conteúdo bem como a exclusão das particularidades respondidas, pois, como afirma Minayo, “ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (MINAYO – P. 21; 2012) “Ela” aqui sendo entendida como a pesquisa qualitativa.

A investigação qualitativa (combinada preferencialmente com lógicas associadas ao paradigma quantitativo) permite integrar, de forma coerente e complexa, dois eixos de conhecimento particularmente relevantes para a construção de uma prática emancipadora e política: 1) o conhecimento produtor e produzido do/no cotidiano; 2) o conhecimento do “mundo vivido”, das percepções e experiências dos sujeitos, nomeadamente dos cidadãos utentes de políticas, projetos e serviços. (ALBUQUERQUE; ALMEIDA; SANTOS – P. 32; 2013)

Assim procurarmos atingir o objetivo de elucidar o conceito de Vigilância Socioassistencial na Assistência Social, tomando por base as normativas e orientações legais, bem como a conceituação desses profissionais pesquisados envolvidos diretamente na Política de Assistência Social, explorando, analisando e interpretando suas respostas a fim de alcançarmos o objetivo desse trabalho.

3.1 Caracterização do universo da pesquisa

De acordo com os dados do Censo SUAS 2014²⁹, hoje no Estado da Paraíba tem aproximadamente 2.720 (Dois mil setecentos e vinte) profissionais desenvolvendo suas atividades no CRAS, sendo que 256 (Duzentos e cinquenta e seis) de nível fundamental, 1.208 (Hum mil duzentos e oito) de nível médio e 1.256 (Hum mil duzentos e cinquenta e seis) de nível superior, divididos entres assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e advogados. Nos CREAS temos aproximadamente 524 (Quinhentos e vinte e quatro) profissionais desenvolvendo suas atividades, sendo que 27 (Vinte e sete) são de nível fundamental, 125 (Cento e vinte e cinco) de nível médio e 372 (Trezentos e setenta e dois) de nível superior, distribuídos, assim como nos CRAS, entre Assistentes Sociais, psicólogos, pedagogos e advogados. Nos serviços de acolhimentos foram informados um total de 277 (Duzentos e setenta e sete) profissionais, sendo 40 (Quarenta) de nível fundamental, 147 (Cento e quarenta e sete) de nível médio e 90 (Noventa) de nível superior, das diversas formações, como assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, administradores, advogados, economistas, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeuta ocupacionais, sociólogos, dentre outras formações não especificadas.

O universo da pesquisa foi os profissionais que participaram dos Cursos de Atualização em indicadores para diagnóstico e acompanhamento do SUAS e do Brasil Sem Miséria e o curso de Gestão financeira e orçamento do SUAS do Capacita SUAS do Estado da Paraíba. Como evidenciamos anteriormente,

²⁹ Informações coletadas no relatório do Censo SUAS 2014 disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>

profissionais estes que estão desenvolvendo suas atividades na rede dos serviços socioassistenciais nos municípios do Estado da Paraíba, ou seja, os que lidam diretamente com a realidade das famílias e indivíduos que demandam pelos serviços da Assistência Social, sendo estes responsáveis também pela alimentação dos instrumentos disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como evidenciamos no Capítulo 2.

O Capacita SUAS é um programa nacional e tem por finalidade a capacitação dos trabalhadores e sujeitos envolvidos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), trata-se, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS):

- a) Garantir oferta de formação permanente para qualificar profissionais do SUAS no provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais;
- b) Capacitar técnicos e gestores do SUAS para a implementação das ações dos Planos Estratégicos do governo brasileiro;
- c) Induzir o compromisso e responsabilidade do pacto federativo do SUAS com a Educação Permanente junto às Secretarias Estaduais e do Distrito Federal; e
- d) Aprimorar a gestão do SUAS nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

No Estado da Paraíba a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano é responsável pelo planejamento, realização e contratação da Instituição de Ensino Superior, no caso, a Universidade Federal da Paraíba através do Programa de Pós Graduação em Serviço Social que vem a ser responsável pela oferta e execução da formação desses profissionais.

No período entre 2013 e 2014 foram realizados três cursos do Capacita SUAS no Estado da Paraíba totalizando 1.281 (Hum mil duzentos oitenta e um) trabalhadores do SUAS capacitados nesses cursos, sendo estes:

1. Introdução para o Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e Implementação de Ações do Plano Brasil sem Miséria;

2. Atualização em Indicadores para o Diagnóstico e Acompanhamento do SUASS e do Brasil sem Miséria;
3. Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS.

A referida pesquisa foi realizada nas duas últimas etapas realizadas no Estado da Paraíba do Capacita SUAS no período de 26 de maio de 2014 a 13 de Junho de 2014 contando com 818 (Oitocentos e Dezoitos) profissionais das diversas áreas de atuação.

O Estado da Paraíba possui 223 (Duzentos e Vinte e Três) municípios, desses, tivemos a representação na pesquisa de 29³⁰ (Vinte e Nove) municípios, o que representa 13% do total de municípios do Estado da Paraíba, apenas 04 (Quatro) entrevistados, o que representa 1,79%, dentre os 33 (Trinta e Três), deixaram o campo município “Sem resposta”.

Evidenciaremos na tabela a seguir o total de representação dos Municípios na segunda etapa do Capacita SUAS.

Tabela 1 – Universo da Pesquisa

		TOTAL
Município	NA	29
	%	13
Sem resposta	NA	4
	%	1,79
BASE:		223
Base: Total de municípios do Estado da Paraíba		
Fonte: Pesquisa Direta		

3.2 Perfil dos entrevistados

Iremos configurar o perfil dos entrevistados, para isso foram observadas as seguintes variáveis: a faixa etária de idade, o município ao qual esta

³⁰ Sendo eles: São Mamede, Serra Grande, Piancó, São Bento, Brejo dos Santos, Serra Redonda, Joca Claudino, Santana de Mangueira, Juripiranga, Nazarezinho, Ouro velho, Campina Grande, Dona Inês, Serra da Raiz, Santana dos Garrotes, Lagoa de Dentro, Mamanguape, Massaranduba, Areia, Várzea, Cuitegí, Damião, Aguiar, Sossego, Conceição, Camalaú, São João do Cariri, Zabelê, Serraria.

representando na segunda Etapa do Capacita SUAS, bem como o tempo em que exerce suas atividades na Assistência Social, o sexo e quantos deles possuem especialização e ou pós-graduação.

a) Quanto ao tempo na atividade:

A grande maioria dos profissionais participantes da pesquisa, exercem suas atividade na Assistência Social entre 01 (Hum) ano e Mais de 06 (Seis) anos, o que nos leva a crer que todos os participantes acompanharam e acompanham o processo de formação do Sistema Único da Assistência Social, com seus avanços e entraves.

Tabela 2 – Tempo na Atividade

		TOTAL
Até 01 ano	NA	2
	%	6,07%
01 a 02 anos	NA	7
	%	21,21%
03 a 05 anos	NA	8
	%	24,24%
Mais de 06 anos	NA	7
	%	21,21%
Sem resposta	NA	9
	%	27,27%
BASE:		33
Base: Total da amostra		
Fonte: Pesquisa Direta		

b) Quanto ao sexo:

A maioria dos entrevistados é do sexo feminino um percentual de 93,33% dos entrevistados, o que reflete a predominância dos profissionais do sexo feminino no Serviço Social, em número absoluto de 31 (Trinta e Um) profissionais do sexo feminino entrevistados. Entrevistados do sexo masculino 6,07% em número absoluto 2 (Dois) entrevistados.

Tabela 3 - Caracterização do entrevistado por sexo

		TOTAL
Feminino	NA	31
	%	93,93
Masculino	NA	2
	%	6,07
BASE:		33
Base: Total da amostra		
Fonte: Pesquisa Direta		

c) Quanto à faixa etária:

Observa-se uma relativa distribuição de profissionais por faixa etária onde temos 12 (Doze) profissionais, em número absoluto, na faixa etária de 12 a 30 anos, o que representa 36,36% dos entrevistados. Na faixa etária de 31 a 40 anos um total de 9 (Nove) entrevistados, em número absolutos, representando 27,27%. Na faixa etária de 41 a 50 anos 11 (Onze) entrevistados, representando um percentual frente ao total de entrevistados de 33,33%. Apenas 01 (Hum) profissional entre 51 e 60 anos de idade representando 3,04% dos profissionais que participaram da segunda etapa do Capacita SUAS. Constata-se assim a prevalência de profissionais até 50 anos em atuação, dentre os participantes entrevistados.

Tabela 4 – Faixa etária

		TOTAL
18 a 30 anos	NA	12
	%	36,36
31 a 40 anos	NA	9
	%	27,27
41 a 50 anos	NA	11
	%	33,33
51 a 60 anos	NA	1
	%	3,04
BASE:		33
Base: Total da amostra		
Fonte: Pesquisa Direta		

d) Quanto ao nível de escolaridade:

Os profissionais apenas com nível superior representam a maioria absoluta dos participantes da pesquisa com aproximadamente 84% (Oitenta e Quatro) dos entrevistados, os demais possuem especialização e pós-graduação, conforme tabela abaixo:

Tabela 5 – Nível de escolaridade

		TOTAL
Superior	NA	28
	%	84,84%
Especialização	NA	2
	%	6,07%
Pós-Graduação	NA	3
	%	9,09%
BASE:		33
Base: Total da amostra		
Fonte: Pesquisa Direta		

3.3 A Vigilância Socioassistencial no âmbito da gestão municipal

Iremos abordar o entendimento que os entrevistados têm sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), objeto de trabalho diário dos entrevistados, bem como seu conhecimento sobre a temática da pesquisa Vigilância Socioassistencial, frente às normativas e conceitos, e como a Vigilância Socioassistencial se dá nos municípios do Estado da Paraíba, desde a sua regulamentação no organograma institucional ao seu pleno funcionamento.

Conforme podemos visualizar na tabela 6, no que diz respeito à identificação ou implantação da Vigilância Socioassistencial no âmbito da gestão municipal em termos do Organograma Institucional do Município.

Os resultados demonstram que dos 33 (Trinta e três), 24 (Vinte e Quatro) dos entrevistados, afirmam que a vigilância socioassistencial não consta no organograma institucional, o que representa 72,73% dos

entrevistados, apenas 6 (Seis) dos entrevistados afirmam constar no organograma do seu município a Vigilância Socioassistencial, representando 18,18%, 03 (Três) dos entrevistados não souberam informar sobre a existência da Vigilância Socioassistencial no organograma do seu município, em números percentuais 9,09% dos entrevistados.

Tabela 6 – A Vigilância Socioassistencial esta no organograma institucional do seu município?

		TOTAL
Sim	NA	6
	%	18,18
Não	NA	24
	%	72,73
Não sabe	NA	3
	%	9,09
BASE:		33
Base: Total da amostra		
Fonte: Pesquisa Direta		

Observa-se que apesar da Vigilância Socioassistencial estar regulamentada desde 2004 com a instituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), onde a coloca com umas das funções da Assistência Social, junto com a defesa dos direitos e a proteção social, não ocorre se quer a regulamentação “no papel”, ou seja, a institucionalização desta função, extremamente importante para a construção de uma eficaz e efetiva.

Na próxima tabela iremos observar como esta o funcionamento da Vigilância Socioassistencial nos municípios.

Tabela 7 – A coordenação da Vigilância Socioassistencial esta em pleno funcionamento no seu município?

		TOTAL
Sim	NA	4
	%	12,12
Não	NA	21
	%	63,64
Não sabe	NA	3
	%	9,09
Não informado	NA	5
	%	15,15
BASE:		33
Base: Total da amostra		
Fonte: Pesquisa Direta		

Dos entrevistados 21 (Vinte e Um) responderam que a Vigilância Socioassistencial não esta em pleno funcionamento, um percentual de 63,64% dos municípios entrevistados, apenas 04 (Quarto) responderam que a Vigilância esta em pleno funcionamento, representando 12,12%, 03 (Três) “não sabe” quanto ao funcionamento da Vigilância Socioassistencial e 05 (Cinco) Não responderam.

Dos 6 (Seis) participantes da entrevista que informaram ter a Vigilância Socioassistencial no organograma institucional apenas 02 (Dois) informaram que a mesma não esta em pleno funcionamento, pois esta em fase de implantação e por isso também não possui equipe.

Apenas o entrevistado 05, informou não ter no organograma institucional a vigilância socioassistencial e também não estar em pleno funcionamento no seu município, porém informou ter equipe da vigilância composta por 01 (Um) assistente social e 01(Um) psicólogo.

Os demais municípios que informaram ter a vigilância socioassistencial no organograma institucional e em pleno funcionamento (Quatro) tem sua equipe composta por Assistentes Sociais, Psicólogos, Estatísticos e Técnicos de nível médio, porém apenas o município do entrevistado 07 (sete) possui a

maioria da equipe mínima sugerida, pelo MDS, sendo estes profissionais das seguintes formações:

- Sociologia;
- Estatística;
- Serviço Social;
- Psicologia.

Segue abaixo a tabela mostrando a composição das equipes dos municípios que afirmaram possuir a Vigilância Socioassistencial em pleno funcionamento:

Quadro 14 – Identificação da equipe que compõe a Vigilância Socioassistencial nos municípios que estão em pleno funcionamento e em que prédio a Vigilância Socioassistencial funciona.

Entrevistado 04		
Formação	Quantidade	Em que prédio a Vigilância Socioassistencial funciona?
Assistente Social	6	Não informou qual o prédio utilizado pela Vigilância Socioassistencial para desenvolvimento das suas atividades.
Psicólogos	2	

Entrevistado 07		
Formação	Quantidade	Em que prédio a Vigilância Socioassistencial funciona?
Assistente Social	3	Informou que o prédio utilizado pela Vigilância Socioassistencial para desenvolvimento das suas atividades é o mesmo da Secretaria de Assistência Social.
Psicólogos	2	
Estatísticos	3	
Técnico Nível Médio	1	

Entrevistado 15		
Formação	Quantidade	Em que prédio a Vigilância Socioassistencial funciona?
Assistente Social	1	Informou que o prédio utilizado pela Vigilância Socioassistencial para

Técnico Nível Médio	1	desenvolvimento das suas atividades é o mesmo da Secretaria de Assistência Social.
----------------------------	----------	--

Entrevistado 31		
Formação	Quantidade	Em que prédio a Vigilância Socioassistencial funciona?
Assistente Social	1	Informou que não tem prédio específico. As atividades são desenvolvidas no CRAS.

Fonte: Pesquisa Direta

Então, fazendo um contraponto entre as tabelas 04 e 05 observamos uma lacuna nas respostas dadas pelos entrevistados, pois, em 06 (Seis) municípios constam no organograma institucional a Vigilância Socioassistencial, mas apenas 04 (Quatro) municípios foram colocados o pleno funcionamento da Vigilância Socioassistencial. Ou seja, conseguiram a aprovação de tal função no organograma institucional, mas não conseguiram colocar em funcionamento. Mais a frente tentaremos entender quais as principais dificuldades para a não efetivação da Vigilância Socioassistencial, nos municípios, identificando quais as principais dificuldades enfrentadas pelos municípios para a implantação da Vigilância Socioassistencial.

3.4 Aproximação conceitual: Vigilância Socioassistencial do se trata?

Esse tópico aborda as respostas que os entrevistados forneceram nas “perguntas abertas do questionário” buscando construir o conceito da Vigilância Socioassistencial para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, assim como, identificar e analisar como a vigilância socioassistencial esta posta para a Assistência Social, tomando por base as normativas e orientações legais da Política Nacional de Assistência Social.

É sabido que a Política Nacional de Assistência Social teve seu texto final aprovado na reunião do Colegiado de 22 de Setembro de 2004 (PNAS, 2004), ou seja, mesmo após mais de 10 (Dez) anos da aprovação da Política, e

aproximadamente 22 (Vinte e Dois) anos da “Menina LOAS”³¹ foi observado à fragilidade de conhecimento ou até mesmo reflexão do que seria o entendimento, dos entrevistados, sobre a Política Nacional de Assistência Social.

Em nossa entrevista questionamos o entendimento dos Assistentes Sociais, trabalhadores do SUAS, tinham a respeito da Política Nacional de Assistência Social, e recebemos as diversas respostas, selecionamos algumas a fim de tentarmos explorar o conjunto de opiniões e assim chegarmos a um denominador comum.

Foi observado que a maioria dos entrevistados vê a Política Nacional de Assistência Social como garantidora do direito, ou seja, a Assistência Social vista como uma Política Pública de Direito, conforme regulamenta a Lei Orgânica da Assistência Social:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A assistência social visa garantir de direitos e nortear os programas e serviços destinados a:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS – P. 33; 2012)

³¹ Termologia utilizada pela Professora Doutora Aldaíza Sposati em seu livro “A Meninas Loas”.

Alguns entrevistados possuem um “certo” entendimento do que a Política Nacional de Assistência Social propõe e o que ela regulamenta. Conforme alguns exemplos abaixo:

Entrevistado 01 - A Política Nacional de Assistência Social é uma Política que visa à democratização do Estado e da sociedade em resposta as demandas históricas no enfrentamento as desigualdades e consolidação dos direitos.

Entrevistado 03 - A política de Assistência Social tem como objetivo garantir os direitos sociais aos cidadãos, permitindo o acesso aos serviços socioassistenciais.

Entrevistado 15 - Política Pública, de dever do estado e direito do cidadão que esta dividida em Proteção Básica e Especial de média e alta complexidade. Que rege princípios de proteção garantia de direitos, vigilância.

Entrevistado 19 - É uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, para garantir e prover os mínimos sociais à sociedade.

Entrevistado 21 - A política é a conquista da sociedade a qual ela é uma política de Estado e vem reger todas as ações e programas e serviços da Assistência. Ela é para todas as pessoas que dela necessitar.

Entrevistado 25 - É uma política que vem crescendo e se estruturando para atender melhor a população. Pra o que já foi com certeza esta bem melhor.

Então, segundo as colocações dos entrevistados, podemos evidenciar que a Política Nacional de Assistência Social é vista como uma política pública de direito de caráter universal, que vem avançando, garante os direitos sociais de cidadania e acesso aos mínimos sociais, sendo considerada um marco para a Assistência Social, onde permite o acesso aos cidadãos à programas e serviços socioassistenciais, busca, sobretudo, a proteção à família e indivíduos. A PNAS/2004 coloca que a Proteção Social, defesa de direitos e a vigilância socioassistencial são funções da assistência social, e estas servem de orientação para a execução dos programas, projetos e serviços, considerando

as desigualdades territoriais que os usuários da assistência social estão inseridos.

Sabemos que a Vigilância Socioassistencial esta posta como função da Política Nacional de Assistência Social e através dela que são construídos os indicadores e as estratégias de ações das políticas públicas, os dados produzidos, a análise desde e a utilização desta informação possibilitam a qualificação da intervenção dos agentes públicos, alcançando os resultados esperados pela população que demanda pelos serviços socioassistenciais, a população em situação de vulnerabilidade.

A Vigilância deve ser capaz de ampliar a capacidade de Proteção e Defesa de Direitos inerentes à concepção do SUAS daí advém sua força como função da Política de Assistência Social e seu reconhecimento e valorização na LOAS, na PNAS e na NOB. (Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial)

Dessa forma, abordamos em nossa pesquisa o entendimento que os trabalhadores do SUAS tem sobre essa função, importantíssima, para a efetividade de uma política eficaz, já que estes são peça chave e fundamental para o bom funcionamento dos serviços.

Por se tratar de uma função relativamente nova da Política Nacional de Assistência Social consideramos como positivo o conhecimento mostrado pelos entrevistados sobre a temática. Observamos a relevância dada aos conceitos chaves da Vigilância Socioassistencial, o risco, a vulnerabilidade e o território.

O risco no sentido de conhecer a probabilidade e a iminência de um evento acontecer, a vulnerabilidade entendendo que um sujeito ou uma família em situação de vulnerabilidade pode ser levado a exclusão social e o território local onde os riscos e as vulnerabilidades podem vir a acontecer.

Nesse sentido Dirce Koga afirma que:

As características de grupos populacionais e familiares são associadas às características dos lugares onde se encontram vinculados, e essa conjugação termina por definir os graus de vulnerabilidade de tais territórios. Assim, alguns mapeamentos identificam estados mais vulneráveis que outros em determinada região; cidades mais vulneráveis que outras em determinado estado; bairros mais vulneráveis que outros em determinada cidade. Ou seja, o âmbito urbano e o intra-urbano

passam a constituir referências para marcar diferenças e desigualdade. (KOGA – P. 47; 2009)

Foram observadas diversas categorias evidenciadas na pesquisa, sendo as mais elencadas: monitoramento, sistematização, acompanhamento, diagnóstico, território, indicadores, ou seja, categorias dentro das orientações e definições da proposta para a Vigilância Socioassistencial.

Entrevistado 2 - Visa analisar territorialmente a capacidade de atendimento da rede socioassistencial.

Entrevistado 5 - Consiste no acompanhamento e registro de informações dos serviços socioassistenciais.

Entrevistado 10 - É caracterizada como uma das funções da política de assistência social. É realizada através da sistematização e análise de informação.

Entrevistado 11 - A vigilância socioassistencial é uma ferramenta importantíssima para a gestão que tem como objetivo criar um banco de dados do município que dará condições ao gestor de fazer um diagnóstico das demandas existentes e traçar um plano estratégico de sua rede com mais efetividade e eficácia, bem como alcançar os resultados almejados.

Entrevistado 15 - Compõe a gestão da política de assistência social e objetiva realizar e sistematizar as informações da política de assistência social e dessa forma empoderar as ações desenvolvidas diante da realidade encontrada.

Entrevistado 19 - É uma área ligada ao SUAS e que tem como objetivo a produção e sistematização de informações do território, sobre as situações de vulnerabilidade e risco desta população.

Entrevistado 24 - Entendo que é uma área responsável pela produção de estatísticas, indicadores e outros dados de monitoramento e avaliação da política com visões a melhora na intervenção com base no diagnóstico levantado.

Entrevistado 29 - Equipe de suporte aos técnicos que trabalham na assistência social, para uma melhor atuação e entendimento da realidade local, através do conhecimento territorial, para facilitar o acesso dos usuários a Política de Assistência Social.

Observamos, portanto, o alinhamento nas respostas encontradas nos questionários frente ao que está posto nas normativas e referenciais teóricos sobre a vigilância socioassistencial.

Sendo assim, a Vigilância Socioassistencial é uma função da assistência social, que analisa a capacidade de atendimentos as demandas dos equipamentos da assistência social, bem como é responsável por fazer o diagnóstico da realidade socioassistencial do município, enquanto território de atuação da assistência social. Acompanha o registro das informações da rede socioassistencial, realizando a sistematização e avaliação das informações prestadas, criando um banco de dados, onde dará condições ao gestor de visualizar as maiores incidências das situações de risco e vulnerabilidade, dando oportunidade ao gestor em traçar planos estratégicos para que a política se torne efetiva e eficaz, visando à melhoria das ofertas dos serviços. É responsável pela produção estatística das incidências das violações. Trabalha com intuito de dar suporte à equipe técnica da assistência social. Por fim, a vigilância socioassistencial é planejar, articular, monitorar, acompanhar e avaliar a política de assistência social.

Diante à tamanha importância dada pelos profissionais atuantes da assistência social nos municípios, procuramos entender como se dá a contribuição da vigilância socioassistencial para a Política Nacional de Assistência Social.

A Vigilância Socioassistencial é, ao mesmo tempo, *processo e produto*. Pensada ou executada tão somente como processo, como sistema tecnológico ou como um conjunto de procedimentos gera insumos racionais para a gestão. Sem dúvida há aqui ganhos no sentido de superar a leitura subjetiva, individual e pontual. Mas, ela precisa gerar resultados, que impliquem na garantia de proteção social e na defesa dos direitos. Portanto, para além da constatação de situação encontrada ela permite estabelecer comparativamente o alcance de metas para uma política isonômica para toda a população brasileira. Nessa direção, a Vigilância Socioassistencial contribui para a construção da isonomia e a efetivação de direitos sociais. (MDS – P. 17; 2013)

Ou seja, a Vigilância Socioassistencial não somente é uma das funções da Assistência Social como também é responsável por “gerar resultados” para que seja garantida a proteção social e a defesa dos direitos, portanto, ela dá

subsídios para que as demais funções sejam efetivadas, garantindo o acesso integral a Assistência Social.

Logo:

Entrevistado 8 - A vigilância socioassistencial contribui para uma melhor execução das ações da assistência social.

Entrevistado 9 - É um instrumento fundamental para que as ações sejam aplicadas conforme a necessidade, com a demanda necessária e qualificando toda a prática socioassistencial.

Entrevistado 17 - É de suma importância através dos dados ofertados pela vigilância que poderemos planejar de forma consciente as ações para o município.

Entrevistado 19 - É importante por tratar-se de uma área dedicada a apoiar atividade de planejamento e supervisão. A qual oferece dados e indicadores que irão contribuir para a efetivação do caráter preventivo da Assistência Social.

Entrevistado 24 - A grande contribuição é porque ela vai subsidiar a ação, onde mostrará recursos para o alcance das metas e ver diagnóstico municipal com vistas à expansão dos serviços socioassistenciais.

A importância da Vigilância Socioassistencial esta sendo reconhecida, pois ela auxilia na organização e consolidação da Política Nacional de Assistência Social, bem como no planejamento e monitoramento da Rede Socioassistencial, proporcionando um retrato da realidade do município através dos dados fornecidos e assim contribui para uma melhor execução das ações da assistência social com caráter de prevenir as incidências dos riscos, avaliando o impacto das ações das equipes de referência da rede de assistência social garantindo assim a proteção social a todos que dela necessitarem.

Significa dizer que a Vigilância Socioassistencial deve responder não só pela identificação das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre as famílias e dos eventos de violação de direitos presentes no territórios, mas também deve permitir compreender por que e como se configuram territorialmente as necessidades e demandas por seguranças socioassistenciais. Somente assim, poderá

produzir uma visão territorializada e interligada entre demandas e respostas de proteção social e de defesa de direitos socioassistenciais, orientando os parâmetros dos serviços e benefícios da política de assistência social na direção da prevenção e restauração das desproteções e violações de direitos socioassistenciais. (MDS – P. 26; 2013)

Dessa forma, conhecendo a importância da Vigilância Socioassistencial para a efetivação da Política Nacional de Assistência Social, tentaremos entender quais as principais dificuldades encontradas pelos municípios do Estado da Paraíba para a implantação desta, já que aproximadamente 63% (Sessenta e três) dos representantes dos municípios participantes das entrevistas informaram que a Vigilância Socioassistencial não está em pleno funcionamento, contudo, cabe salientar que as dificuldades não são apenas e exclusivas à implantação e efetivação da vigilância socioassistencial nos municípios, o desafio é de superação da Política como todo.

As concepções, os parâmetros a serem aplicados para estabelecer o que é segurança de renda, de acolhida, de convívio, de prevenção face à presença de vulnerabilidades ainda não têm acúmulos e consensos no âmbito do SUAS, e por consequência, isto dificulta conhecer o que é, em que consiste uma situação de desproteção ou de prevenção de forma unificada. Face a essa diversidade algumas referências são estabelecidas por programas governamentais, quer sejam federais, estaduais e/ou municipais e que nem sempre guardam os mesmos parâmetros e concepções. Esta ainda é uma realidade que se apresenta como desafio a ser superado. (MDS – P. 27; 2013)

Observamos que a grande maioria dos entrevistados considera que a maior dificuldade de implantação da Vigilância Socioassistencial trata-se da falta de Recursos Humanos, onde aproximadamente 43% (Quarenta e Três) evidenciaram essa resposta, 30% (Trinta) evidenciou a falta recursos financeiros para estruturação da vigilância, e os demais falaram da falta de conhecimento da importância da vigilância para efetivação da política por parte dos gestores, falta de capacitação dos profissionais para a efetivação da vigilância e não obrigatoriedade da implantação da vigilância nos municípios.

Entrevistado 2 - Recursos financeiros para pagamento das equipes da vigilância socioassistencial.

Entrevistado 9 - Falta de recursos humanos específico com formação adequada para gerir a vigilância, estrutura e exigir com punição dos municípios.

Entrevistado 10 - Dificuldades de estruturação, recursos humanos e se tornar uma determinação para os municípios implantarem.

Entrevistado 13 - Acredito que como ainda não se trata de uma determinação federal o município ainda não executa, ou mesmo por falta de conhecimento dos gestores, ou ainda por não querer ter mais gastos já que exige recursos materiais e humanos.

Entrevistado 19 - A questão de estruturação física e humana, em virtude de algumas barreiras burocráticas.

Entrevistado 23 - Desconhecimento por parte da gestão sobre a importância da mesma.

Entrevistado 31 - Falta de recursos humanos; sensibilização por parte dos gestores para implantação até porque os mesmos não são capacitados para compreender a importância socioassistencial.

Sabemos que existe a dificuldade evidente de recurso financeiro para a contratação e estruturação de uma coordenação da vigilância socioassistencial nos municípios, como aproximadamente 30% (Trinta) dos entrevistados evidenciaram, porém com a aprovação da Lei 12435/2011 o IGD-SUAS³² (Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social) passou a ser aliado da Vigilância Socioassistencial, ou seja, o recurso do IGD-SUAS poderá e deverá ser utilizado, conforme informa o caderno de orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial do MDS na página 43:

- Aquisição de equipamentos eletrônicos, tais como, microcomputadores, servidores, impressoras, scanner, Datashow, GPS, “tablet”, “modem”; equipamentos para instalação ou ampliação de redes, etc.;

³² IGD-SUAS é o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como da articulação intersetorial, no âmbito dos municípios, DF e estados. (Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial)

- Aquisição de mobiliário, tais como mesas individuais, mesas de reunião, cadeiras, arquivos, armários, aparelhos de ar condicionado, aparelhos telefônicos, aparelhos de Fax, etc.;
- Aquisição de softwares, especialmente aqueles destinados ao processamento de dados, tais como programas para análise estatística e georeferenciamento;
- Aquisição de materiais de consumo, tais como papel e tinta para impressoras;
- Contratação temporária de Pessoas Físicas ou Jurídicas para ministrar capacitações e treinamentos de interesse da Vigilância Socioassistencial;
- Contratação de estatísticos e sociólogos, ou outros profissionais, para atuarem como consultores na implantação da vigilância socioassistencial;
- Contratação temporária de Pessoas Físicas ou Jurídicas para mapear ocorrências de situações de vulnerabilidade e risco, bem como potencialidades presentes no território;
- Contratação temporária de Pessoas Físicas ou Jurídicas para realizar estudos voltados à definição e descrição de fluxos e processos de gestão pertinentes ao registro e armazenamento de informações, notificação de situações de violência e violações de direitos, referência e contra-referência no âmbito do SUAS, referenciamento intersetorial (entre o SUAS e as Demais Políticas Públicas), realização de busca ativa, dentre outros;
- Contratação temporária de Pessoas Físicas ou Jurídicas para desenvolvimento de demais, estudos, diagnósticos e pesquisas de interesse da Vigilância Socioassistencial;
- Locação de espaço físico, logística, para realização de oficinas, encontros, seminários, treinamentos e capacitações de interesse da Vigilância Socioassistencial;
- Custeio de diárias e passagens para participação em oficinas, encontros, seminários, treinamentos e capacitações de interesse da Vigilância Socioassistencial;

- Contratação de serviços de internet (provedores).

Para que a Vigilância Socioassistencial se efetive e possa proporcionar o que está proposto para ela, se faz necessário a conscientização dos gestores e dos trabalhadores do SUAS da sua importância na busca pela efetivação da defesa dos direitos e da proteção social aos que estão em situação de risco de vulnerabilidade.

[...] A Vigilância Socioassistencial precisa assegurar não apenas as adequações locais às diretrizes nacionais estabelecidas pelo SUAS, mas também o movimento inverso de integrar na unidade nacional e estadual as especificidades das realidades municipais. A constituição da função de Vigilância Socioassistencial possui, assim, o desafio de construir a perspectiva de unidade da política, construindo indicadores comuns e estratégias compartilhadas de monitoramento e avaliação, que contemplem a heterogeneidade, diversidade e dinamicidade presente nas diferentes escalas territoriais e institucionais. (MDS – P. 33; 2013)

Precisamos entender que a vigilância não se dá apenas na produção e sistematização de dados, ou processos meramente técnicos, ela se dá também, e não menos importante, enquanto geradora de produtos, atuando não apenas na gestão e nos territórios. (MDS, 2013)

Diante de toda importância colocada para a Vigilância Socioassistencial nos municípios, bem como as dificuldades apresentadas pelos entrevistados para a implantação desta, buscamos saber, na visão desses profissionais, qual seria a contribuição da Vigilância Socioassistencial para o município.

Entrevistado 3 - Acredito que com a implantação da vigilância socioassistencial no município, podemos planejar as ações de acordo com as demandas apresentadas.

Entrevistado 6 - Melhorar a execução dos recursos financeiros dentro das propostas de atendimentos dos programas, projetos e serviços.

Entrevistado 9 - Contribuir para efetivação do caráter preventivo e proativo voltando para a Política de Assistência Social; É fundamental para o planejamento dos serviços,

programas e benefícios contemplando informações fidedignas para que as ações atendam as necessidades das demandas.
Entrevistado 13 - Mapear e identificar situações e localidades que se encontram em vulnerabilidade e/ou risco e planejar ações estratégicas de superação das mesmas.

Entrevistado 19 - Contribuirá na organização dos dados e indicadores, para que assim as ações preventivas sejam realizadas de forma contínua e sistemática.

Entrevistado 31 - Potencialização dos serviços através do planejamento das atividades que serão desenvolvidas na política de assistência social.

Observamos, portanto, que a visão desses profissionais trabalhadores do SUAS, quanto à importância para a efetivação e contribuição dessa importante função da Assistência Social esta bem próxima do que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome espera e orienta, e a Política preconiza, faltando apenas os ajustes burocráticos e reordenamento das despesas, bem como a visualização da importância da vigilância e os benefícios que a mesma tratará para a efetivação da Política Nacional de Assistência Social nos municípios e principalmente, para os usuários da assistência social que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância dessa dissertação se efetiva por diversos fatores, mas principalmente, por identificar que, apesar de ter sido dada ênfase na importância da Vigilância Socioassistencial desde a PNAS/2004 observou-se, que nos municípios do Estado da Paraíba, essa importante e essencial função da Política Nacional de Assistência Social não se efetiva, também por conseguir conceituar a Vigilância Socioassistencial, dentro do contexto da Assistência Social, pelos importantes atores, os profissionais do Serviço Social, onde a importância da Vigilância Socioassistencial foi reconhecida enquanto fundamental para a efetividade e resolutividade da Política de Assistência Social, quando a Vigilância Socioassistencial analisa a capacidade de atendimento as demandas dos equipamentos de assistência social, fazendo o diagnóstico do território, dando importância à gestão da informação, auxiliando no planejamento, articulação, monitoramento e acompanhamento da Política Nacional de Assistência Social.

Precisamos também lembrar que a Vigilância Socioassistencial não pode ser reduzida apenas aos instrumentos e fontes de informações, como dito no capítulo 2 deste trabalho, o Censo SUAS, o RMA, o CadÚnico, dentre os vários outros mecanismo de informações que auxiliam na condensação da informações passadas pelo profissionais da rede de socioassistencial, a Vigilância Socioassistencial deve ser pensada para além de números e dados estatísticos, ela deverá, sobretudo, proporcionar uma Política Nacional de Assistência Social resolutiva.

Contudo, temos a percepção e observamos, ao longo desse estudo, que a Vigilância Socioassistencial é uma função da Política Nacional de Assistência Social de extrema importância, porém ainda esta muito aquém do idealizado e esperado, principalmente pela não implantação da Vigilância Socioassistencial nos municípios, seja falta de recursos humanos, seja por falta de recursos financeiros e principalmente pelo não conhecimento da importância da Vigilância Socioassistencial para efetividade e resolutividade da Política Nacional de Assistência Social por parte dos gestores, como pudemos observar nos resultados da pesquisa desta dissertação.

Os resultados demonstram o avanço no processo de constituição da Vigilância Socioassistencial no âmbito do Estado com o mapeamento da rede socioassistencial do Estado da Paraíba, conforme podemos visualizar através da ferramenta do georeferenciamento da rede onde estão territorialmente localizados os equipamentos da assistência social, evidenciamos também a importância da rede socioassistencial para a efetividade da Vigilância Socioassistencial, colocando a necessidade do trabalho interligado entre as proteções, a defesa social e vigilância socioassistencial.

Nessa perspectiva, ocorreram de 3 (Três) cursos do Capacita SUAS em parceria da SEDH e a UFPB, ainda assim há muito a percorrer, existem muitas dificuldades e entraves que perpassam desde os princípios e abordagens do papel da Vigilância Socioassistencial tanto no âmbito da gestão municipal como no âmbito da gestão estadual. Vimos que do ponto de vista do marco regulatório, a PNAS/2004 e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem disponibilizado algumas ferramentas, tais como a gestão da informação – SAGI, mas por outro lado, centraliza as informações e a gestão.

Do ponto de vista de referenciais teóricos a produção de conhecimento sobre a Vigilância Socioassistencial espelha tal como a realidade dos serviços, uma grande escassez. Se por um lado, a Política Nacional de Assistência Social avançou no seu processo de institucionalização, construção de marcos regulatórios, conferências, gestão da informação, dentre outros; por outro, demanda uma construção em termos do **saber-fazer**, até porque como toda política social é resultado de correlações de forças que disputam hegemonia, direcionamento da Assistência Social como política pública de direitos. Temos uma escassez de bases teóricas, o que possibilita e até provoca um leque de oportunidades para próximos debates e discussões sobre a temática.

Ao longo de toda a dissertação utilizamos informações dos produtos que estão em construção da **Topografia Social do Estado da Paraíba**, projeto em parceria sob a coordenação do NEPPS/UFPB. Tais como: O relatório do Georreferenciamento da Rede Socioassistencial do Estado da Paraíba; Mapa de Exclusão e Inclusão Social da Paraíba (MEIS); o Estudo do Índice Territorial de Proteção Social, e por fim os principais resultados do Estudo Amostral Regionalizado da Capacidade Protetiva das Famílias que recebem benefícios de transferência de renda no Estado da Paraíba. A construção da Topografia

Social do Estado da Paraíba se constitui numa demanda da Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba em parceria com a Universidade Federal da Paraíba através Programa de Pós-Graduação junto ao Núcleo de Estudo e Pesquisas em Políticas Sociais executor da Pesquisa³³.

³³ A Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba que tem a frente à Secretária Professora Doutora Aparecida Ramos de Menezes é o órgão demandante e financiador do Projeto para a Construção da Topografia Social do Estado da Paraíba; O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas – NEPPS – que tem como coordenadora a Professora Doutora Marinalva de Sousa Conserva, coordenadora do Projeto para a Construção da Topografia Social do Estado da Paraíba. A realização do referido projeto ocorre em parceria com o Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais, vinculado à PUC-SP e ao INPE/São José dos Campos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Cristina Pinto; ALMEIDA, Helena Alves; SANTOS, Clara CRUZ. **A dimensão político-estratégica da investigação qualitativa em Serviço Social**. In. Metodologias qualitativas de pesquisa em serviço social. Ed. Universitária da UFPE. Recife, 2013. P. 25 – 50.

AMARAL, Nayara Rezende. **De que vigilância estamos falando? O “estado da arte” da Vigilância Socioassistencial na Política de Assistência Social de 2004 a 2014 no âmbito federal**. Graduação em Serviço Social. Orientadora Ms. Priscilla Maia de Andrade. Brasília; UNB; 2014.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília; Senado, 1998.

BRASIL, CapacitaSUAS Caderno 3. **Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimentos de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1 ed. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL, NOB-RH/SUAS (2012). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – Anotada e Comentada**. Brasília; MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. **Medida provisória nº 132** de 20 de outubro de 2003. Cria o Bolsa Família, 2003. Acessível em <ftp://ftp.datasus.gov.br/ftpbolsa/download/MedidaProvisoria132.pdf>

BRASIL. **Vigilância Socioassistencial**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do SUAS. Coordenação geral dos Serviços de Vigilância Socioassistencial. Brasília. Acessível em https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&sqi=2&ved=0CDEQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.mds.gov.br%2Fcnas%2Fconferencias-nacionais%2Fviii-conferencia-nacional%2Foficinas%2F07_luis-otavio.pdf%2Fdownload&ei=zEQtVdND_P9sASD74DIDg&usg=AFQjCNEsUPd7VNizzNPhAdXOEIIOWJoU1g&bvm=bv.90790515,d.b2w&cad=rja

BEHRING, Elaine Rosseti, **Política Social no contexto da crise capitalista**. Disponível em http://xa.yimg.com/kq/groups/15556754/294779267/name/Texto_Politica_Social_no_Contexto_de_Crise_Capitalista%5B1%5D.pdf. acesso em 07/09/2014

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no contexto da crise capitalista.** In Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS 2009b. P.301- 321.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica do Serviço Social vol. 2).

BOSCHETTI, Ivanete. **A Indisiosa Corrosão do Sistema de Proteção Social brasileiro.** In Revista Serviço Social e sociedade, n. 112, p. 754-803, São Paulo, out./dez. 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social na América Latina.** In: Política Social no Capitalismo: Tendências contemporâneas. São Paulo, Cortez, 2008, p. 174 a 195.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: conquista e limites à sua efetivação.** 2007. Acessível em http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_conquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf

BRAZ, Marcelo. **Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas.** In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.111, p. 468-492, 2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.** Petrópoles: Vozes, 2011.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Política Social: alguns aspectos relevantes para discussão.** In: UNESCO/MDS. Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil, 2009. Acessível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/00183075por.pdf>

CIGNOLI, Alberto. **Estado e Força de Trabalho: Introdução à Política Social no Brasil.** São Paulo, Brasilienses, 1985.

COBO, Bárbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios.** São Paulo: Cortez, 2012.

COLARES, Mônica Socorro Pereira. **Programa de Transferência de Renda no Brasil e Seus Desafios Futuros.** Rio de Janeiro.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.

CONSERVA, Marinalva de Sousa (Coord. Et Al). **Relatório técnico - Georreferenciamento da rede pública do Estado da Paraíba – Assistência Social, Educação e Saúde**. NEPPS/CEDEST/SEDH/BID. João Pessoa, 2014.

CONSERVA, Marinalva de Sousa (Coord.). **Relatório Técnico – Pesquisa Proteção Social de Famílias no Estado da Paraíba**. NEPPS/UFPB. João Pessoa, 2014.

CONSERVA, Marinalva de Sousa (Coord.). **Relatório técnico – Projeto: Proteção Social e a Gestão Intersetorial de Territórios de Vulnerabilidade Social no Estado da Paraíba**. NEPPS/UFPB/SEDH/FAPESQ-PB. João Pessoa/UFPB, 2014.

COUTO, Berenice Rojas (org); YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira e Silva; RAICHELIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3ª Ed ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

CUNHA, Rosani. **Transferência de Renda com Condicionalidade: A experiência do Programa Bolsa Família**. In: UNESCO/MDS. Transferência de Renda com condicionalidades: A experiência do Programa Bolsa Família, 2009. Acessível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/00183075por.pdf>

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 32. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GAMBARDELLA, Alice Dianezi. **Compartilhamento dos sistemas de informação entre os entes federados na construção do SUAS**. Doutorado em Serviço Social; Orientadora Profa. Dra. Aldaíza Sposati. São Paulo: PUCSP, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Ed. 11, Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Revista Serviço Social e Sociedade. Crise do Capital e consequências societárias**. São Paulo, n.111, p. 413-429, jul./set. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil**. In: Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008, p. 13-43.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Ed. 11, Cortez, 2007.

KOGA, Dirce; JUNIOR, José Constantino. **Mapa da exclusão/inclusão social indicadores e discrepâncias**. Topografia social da Paraíba. Paraíba, 2014.

KOGA, Dirce. **O território para além das medidas e conceitos – A efetivação na Política de Assistência Social**. In Cidades e Questões Sociais/organizado por Dirce Koga, Eliane Ganey, Eunice Fávero; Colaboração de Maria Carmelita Yazbek. São Paulo: Terracota, 2009. P. 41 – 51.

LAURELL, Asa Cristina (Org); *Et ali*. **Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo**. In: Estado e políticas sociais no neoliberalismo. Tradução de Rodrigo Leon Contrera. São Paulo: Cortez, 1995

LAVINAS, Lena. **Transferir renda para quê?** In Cidades e Questões Sociais/organizado por Dirce Koga, Eliane Ganey, Eunice Fávero; Colaboração de Maria Carmelita Yazbek. São Paulo: Terracota, 2009. P. 33 – 40.

LIMA, Gilberto Barros. **A abrangência histórica da revolução industrial e seus desdobramentos sociais, econômicos e ambientais: Uma análise contemporânea**. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, Nº31, Rio, 2009 [ISSN 1981-3384]

LOPES, Cintia Fonseca (org); CRUZ Erivânia Bernadino (org). **Vade Mecum do Serviço Social**. 5ª Ed. Fortaleza: Premium, 2014.

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Capacita SUAS**. Brasília. Acessível em <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/programa-nacional-de-capitacao-do-sistema-unico-da-assistencia-social/capacitasuas>

_____; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Manual de Gestão de Condicionalidades**. 1ª Edição. Brasília – DF 2006.

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica NOB – SUAS**. Brasília, 2012. Acessível em <http://www.mds.gov.br>

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica NOB – RH/SUAS Anotada e Comentada**. Brasília, 2012. Acessível em <http://www.mds.gov.br>

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília.

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005. Acessível em <http://www.mds.gov.br>

_____; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família**. Brasília, 2005. Acessível em <http://www.mds.gov.br>

_____; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2011. Acessível em <http://www.mds.gov.br>

MOTA, Ana Elizabete. **Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes**. In Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social. Organização Pan-Americana da Saúde. 2006. Acessível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-2.pdf

NETTO, José Paulo. **Revista Serviço Social e Sociedade. Crise do Capital e consequências societárias**. São Paulo, n.111, p. 413-429, jul./set. 2012.

_____; **Presidência da República. Lei nº 10.836**, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil* Brasília: 10 jan. 2004. Acessível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm

_____; **Presidência da República. Decreto 5.209** de 17 de setembro de 2004. Regulamenta o Programa Bolsa Família, 2004. Acessível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm

PRESTES, M.L.M. **A Pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 2ª ed. São Paulo: Rêspel, 2003.

SILVA, Thaís Gaspar Mendes da; RIZZOTTI, Maria Luíza Amaral. **A Função da Vigilância Social na Política de Assistência social: Uma aproximação conceitual**. Cascavel, 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI. A prevalência dos programas de transferência de renda**. – 6º Ed. São Paulo, Cortez editora, 2012.

SPOSATI, Aldaíza; BONETTI, Dilsea Adeodata; YAZBEK, Maria Carmelita; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Assistência na trajetória das Políticas**

Sociais Brasileiras: uma questão em análise. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social.** 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo Brasileiro de Proteção Social Não Contributiva: concepções fundantes.** In: UNESCO/MDS. Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil, 2009. Acessível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/00183075por.pdf>

TAPAJÓS, Luziele. **Gestão da informação em Assistência Social** In: UNESCO/MDS. Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil, 2009. Acessível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/00183075por.pdf>
Sites consultados:

Sites consultados:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Acessível em <http://www.ibge.gov.br> Acesso em 12/04/2015

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Acessível em www.ipea.gov.br Acesso em 18/01/2013

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME – MDS
Acessível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> Acesso em 18/01/2013

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO – SAGI
<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php> Acesso em 12/04/2015

Censo SUAS 2014 <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>
Acesso em 20/04/2015

ANEXO 1. TERMO DE CONSENTIMENTO



TERMO DE CONSENTIMENTO

Esta pesquisa intitulada “A construção da Vigilância social no Estado da Paraíba” será desenvolvida pela Mestranda Patrícia de Carvalho Silva Martins, pós-graduanda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

Os objetivos é identificar e analisar, com base nas normativas e orientações legais da Política de Assistência Social como o conceito de Vigilância esta posto para a Assistência Social.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a efetividade do que preconiza a Política Nacional de Assistência Social, identificando e analisando como se dá a Vigilância Socioassistencial nos municípios que participaram da segunda etapa do Capacita SUAS do Estado da Paraíba.

Solicitamos a sua colaboração para participar desta entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Representante Legal

Contato do Pesquisador (a) responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Patrícia de Carvalho Silva Martins Endereço Rua Hortêncio Ribeiro, 167 – Castelo Branco I – João Pessoa/PB, telefone (83) 8818-1773 ou (83) 9656-2358.

Ou pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I – Cidade Universitária – 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB. (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

ANEXO 2. ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

“A construção da Vigilância Social no Estado da Paraíba.”

RESPONSÁVEL: PATRÍCIA DE CARVALHO SILVA MARTINS

I. Caracterização do Entrevistado

1. IDADE: _____
2. SEXO: () Masculino () Feminino
3. Escolaridade: _____
4. Formação:
4.1 Área _____
4.2 Grau _____

II. Experiência profissional do Entrevistado

5. Gestor de Assistência Social de qual município? _____
6. Em que ano assumiu a Gestão Municipal de Assistência Social: _____
7. Quanto tempo exerce a função: () Anos () Meses

II. Apropriação da temática

8. Qual o seu entendimento sobre a Política Nacional de Assistência Social? (ESPONTÂNEA) _____ _____ _____
9. Qual o seu entendimento sobre Vigilância Socioassistencial? (ESPONTÂNEA)

10. Como você vê a contribuição da Vigilância Socioassistencial para a Política de Assistência Social? (ESPONTÂNEA)

11. No seu município a Coordenação da Vigilância Socioassistencial esta no organograma institucional?

() Sim () Não () Não sabe

12. A coordenação da Vigilância Socioassistencial esta em pleno funcionamento? Caso não ou não sabe pule para 14.

() Sim () Não () Não sabe

Caso sim, informe qual o prédio utilizado pela Vigilância Socioassistencial para desenvolvimento das suas atividades.

13. Qual a composição da equipe da Vigilância Socioassistencial?

() Assistente Social. Quantos _____

() Psicólogos. Quantos _____

() Sociólogos. Quantos _____

() Estatísticos. Quantos _____

() Outros. Quais _____

14. Quais as principais dificuldades para a implantação da Vigilância Socioassistencial no seu município? (ESPONTÂNEA) (Caso a resposta tenha sido Não da questão 12)

15. Dentro do Município, qual a contribuição que a Vigilância Socioassistencial pode trazer? (ESPONTÂNEA)

ANEXO 3. SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA QUESTÃO 08

Questão 08	Qual o seu entendimento sobre a PNAS?
------------	---------------------------------------

Entrevistado	Respostas	Categorias abordadas
1	É uma política que visa à democratização do Estado e da sociedade em resposta as demandas históricas no enfrentamento as desigualdades e consolidação dos direitos.	Democratização do Estado.
2	PNAS é o marco da Assistência Social para resultados de potencialização na política pública na direção universal e direito de cidadania.	Direito de cidadania.
3	A política de Assistência Social tem como objetivo garantir os direitos sociais aos cidadãos, permitindo o acesso aos serviços socioassistenciais.	Direito de cidadania.
4	Política de proteção integral às famílias.	Proteção às famílias.
5	A PNAS se constitui como Política Pública de direitos.	Política de Direito.
6	A Política Nacional de Assistência Social norteia a execução dos Programas, projeto e Serviços dentro da assistência social.	
7	De grande importância para o desenvolvimento social do país.	
8	É uma política que vem avançando mas precisamos ter um olhar mais direcionado para que possamos alcançar nossas metas.	
9	Trabalha na proteção e garantia de direitos de famílias, indivíduos e grupo, e de quem dela necessitar.	Garantia de direito.
10	É uma política pública de Seguridade Social que tem como objetivo assegurar direitos.	
11	A PNAS é uma política pública como a saúde e educação esta compõe o tripé da Seguridade Social brasileira, a Assistência Social é pra quem dela necessitar.	
12	Tem sofrido avanços, mas ainda funciona como um paliativo, incapaz, portanto, de resolver os problemas sociais no Brasil.	
13	A PNAS regulamenta a Assistência Social.	
14	Esta em construção, oportuna para concretizar o que esta estabelecido em Lei.	

15	Política Pública, de dever do estado e direito do cidadão que esta dividida em Proteção Básica e Especial de média e alta complexidade. Que rege princípios de proteção, garantia de direitos vigilância.	Direito de cidadania.
16	Em branco.	
17	É uma política pública garantidora de direito a quem dela necessitar é dever do Estado.	Garantia de direito.
18	Que esta política faz parte do tripé da proteção social na garantia de direitos de quem dela necessitar.	Garantia de direito.
19	É uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdade socioterritoriais, visando seu enfrentamento, para garantir e prover os mínimos sociais à sociedade.	Desigualdades Socioterritoriais.
20	Uma política recente que esta sendo construída que tem muito que avançar.	
21	A política é a conquista da sociedade a qual ela é uma política de Estado e vem reger todas as ações e programas e serviços da Assistência. Ela é para todas as pessoas que dela necessitar.	Política de Estado.
22	A PNAS 2004 trouxe avanços significativos para definir a Política de Assistência Social como política pública de proteção social.	Política Pública.
23	Uma política de direito.	Garantia de direito.
24	Trabalho com a Política Nacional de Assistência Social desde 2004, ano em que foi aprovada a PNAS acredito que entendo um pouco pois esta em continua mudança.	
25	É uma política que vem crescendo e se estruturando para atender melhor a população. Pra o que já foi, com certeza esta bem melhor.	
26	Uma garantia de direito promovido pelo Estado.	Garantia de direito.
27	Em branco.	
28	A política específica e dá diretrizes para o desenvolvimento da Assistência Social juntamente com uma gama de leis.	
29	Política de acesso a direitos sociais básicos onde atualmente os profissionais que nela trabalham buscam a sua efetivação.	Garantia de direito.
30	Instrumento normativo da Política de Assistência Social.	
31	É uma Política de direitos para quem dela necessitar.	Garantia de direito.
32	Em branco.	
33	Razoável.	

ANEXO 4. SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA QUESTÃO 09

Questão 09	Qual o seu entendimento sobre vigilância socioassistencial?	
Entrevistado	Respostas	Categorias abordadas
1	É o acompanhamento e vigilância dos programas, serviços e benefícios.	Acompanhamento dos programas, serviços e benefícios.
2	Visa analisar territorialmente a capacidade de atendimento da rede socioassistencial.	Território.
3	Através da vigilância socioassistencial têm-se um diagnóstico da realidade do município.	Diagnóstico.
4	Ferramenta utilizada no SUAS para acompanhar projeto, programas e serviços da assistência.	Acompanhamento.
5	Consiste no acompanhamento e registro de informações dos serviços socioassistenciais.	Acompanhamento dos serviços.
6	Ajuda a fiscalizar as aplicações dos recursos financeiros utilizados na assistência social.	Fiscalizar os recursos financeiros.
7	É a equipe essencial para o bom desenvolvimento do trabalho executado.	
8	É controle das ações socioassistenciais.	Controle.
9	É um instrumento da PNAS; Realizada através da sistematização e análise de informação	Informação.
10	É caracterizada como uma das funções da política de assistência social. É realizada através da sistematização e análise de informação.	Sistematização e análise de informação.
11	A vigilância socioassistencial é uma ferramenta importantíssima para a gestão que tem como objetivo criar um banco de dados do município que dará condições ao gestor de fazer um diagnóstico das demandas existentes e traçar um plano estratégico de sua rede com mais efetividade e eficácia, bem como alcançar os resultados almejados.	Diagnóstico.
12	Acompanhamento com intervenção dos direitos sociais famílias em locus.	Acompanhamento.
13	É o órgão de monitoramento e avaliação de indicadores, visando à melhoria das ações ofertadas.	Monitoramento e avaliação.
14	Necessária para coletar indicadores de serviços realidades e oportunidades que subsidiará o planejamento das ações.	Indicadores.

15	Compõe a gestão da política de assistência social e objetiva realizar e sistematizar as informações da política de assistência social e dessa forma empoderar as ações desenvolvidas diante da realidade encontrada.	Sistematização das informações.
16	Em branco.	
17	É responsável pelo sistematização de informações sobre o territorial, realidade local dados que contribuirá para melhorar o planejamento a execução e o monitoramento das ações, dentre outras funções.	Sistematização das informações; Território; Monitoramento; Execução.
18	Como sendo uma ferramenta para o desenvolvimento da Política de Assistência.	
19	É uma área ligada ao SUAS e que tem como objetivo a produção e sistematização de informações do território, sobre as situações de vulnerabilidade e risco desta população.	Sistematização das informações; Situações de Risco e vulnerabilidade.
20	Muito importante para o reconhecimento da demanda para melhor aplicabilidade das políticas sociais.	Demanda.
21	A vigilância socioassistencial é um mecanismo que vai mapear os territórios e monitorar os dados e as vulnerabilidades sociais.	Território; Monitorar; Vulnerabilidade Social.
22	A vigilância socioassistencial trata do monitoramento dos dados e informações do atendimento desta política, com vista à sistematização dos dados para o melhor aperfeiçoar as ações e serviços desta política.	Monitoramento; Informações; Sistematização.
23	Um equipamento essencial para a efetivação da PNAS.	
24	Entendo que é uma área responsável pela produção de estatísticas, indicadores e outros dados de monitoramento e avaliação da política com visões a melhora na intervenção com base no diagnóstico levantado.	Produção de dados; Monitoramento; Avaliação; Diagnóstico.
25	Hoje na perspectiva que está à política de assistência social esse instrumento é altamente valioso, para que possamos trabalhar com indicadores precisos.	Indicadores.
26	É planejar, articular, monitorar, acompanhar e avaliar a política de assistência social.	Monitorar; Avaliar.
27	Em branco.	
28	A vigilância socioassistencial vem contribuir com os diagnósticos. Através dela podemos ver onde ativar, pois ela faz o mapeamento das necessidades específicos.	Diagnóstico; Mapeamento das necessidades.

29	Equipe de suporte aos técnicos que trabalham na assistência social, para uma melhor atuação e entendimento da realidade local, através do conhecimento territorial, para facilitar o acesso dos usuários a Política de Assistência Social.	Território.
30	É um instrumento que visa conhecer a realidade e planejar ações para o desenvolvimento do PNAS.	Auxiliar no Planejamento.
31	Relacionado à questão do funcionamento dos conselhos.	
32	Aumentar o número de CRAS, CREAS, para atender a demanda do município	Identificação das demandas.
33	Razoável.	

ANEXO 5. SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA QUESTÃO 10

Questão 10	Como você vê a contribuição da vigilância socioassistencial para a PNAS?
------------	--

Entrevistado	Respostas	Categorias abordadas
1	Na organização e consolidação.	Organização; Consolidação.
2	Melhor planejamento e monitoramento da rede socioassistencial.	Auxiliar no planejamento e Monitoramento da Rede.
3	Podemos vislumbrar, através da vigilância socioassistencial uma grande contribuição para o avanço da assistência, uma vez que, teremos um retrato das necessidades.	Retrato das necessidades.
4	Positiva, pois permite avaliar e promover melhorias nas ações.	Melhorias nas ações.
5	De fundamental importância para execução da PNAS.	
6	Quando ocorre da forma correta é fundamental para implantação da política de assistência social.	Fundamental.
7	Vejo como suporte indispensável para compor as políticas públicas.	Indispensável.
8	A vigilância socioassistencial contribui para uma melhor execução das ações da assistência social.	Contribui para execução das ações.
9	É um instrumento fundamental para que as ações sejam aplicadas conforme a necessidade, com a demanda necessária e qualificando toda a prática socioassistencial.	Fundamental.
10	Vejo de forma positiva por contribuir par ampliação de conhecimento, melhor atender as demandas nos serviços e contribuir com a nossa própria atuação profissional.	Melhor atender as demandas.
11	É contribuição importante que norteia as ações do órgão gestor.	Norteia as ações.
12	Importante pois o contato direto com as famílias no seu espaço formal mais elementos para ações efetivas.	Tornam ações efetivas.
13	Ela "orienta" a política onde realiza determinadas ações de acordo com a demanda daquela localidade.	Orienta.
14	É mais um instrumento que fortalece a P.A.S no seu caráter de política pública.	Fortalecedora.

15	Fundamental para nortear as prioridades das ações programas, serviços e benefícios da política de assistência social.	Fundamental.
16	Em branco.	
17	É de suma importância através dos dados ofertados pela vigilância que poderemos planejar de forma consciente as ações para o município.	Planejamento.
18	Auxiliar no desenvolvimento das ações da Política de Assistência Social.	Desenvolvimento.
19	É importante por tratar-se de uma área dedicada a apoiar atividade de planejamento e supervisão. A qual oferece dados e indicadores que irão contribuir para a efetivação do caráter preventivo da Assistência Social.	Apoia o planejamento das ações.
20	Conhecer a realidade na busca de serviços através do mapeamento dos indicadores.	Mostra a realidade.
21	Muito importante pois através dela podemos focar na melhoria dos serviços, pois nossas serão baseadas nas necessidades e demandas por áreas, territórios e poderemos avaliar um impacto de nossas ações.	Melhorias dos serviços; Necessidade dos territórios.
22	Para avaliação quantitativa e avaliativa, como também para o aprimoramento da efetivação deste política.	Aprimoramento da Política.
23	Essencial na efetivação da PNAS.	Essência.
24	A grande contribuição é porque ela vai subsidiar a ação, onde mostrar recursos para o alcance das metas e ver diagnóstico municipal com vistas à expansão dos serviços socioassistenciais.	Subsidiar a Política.
25	A contribuição é altamente valiosa, pois vai nos proporcionar realidade da demanda que estamos atendemos e ajuda a elaborar projetos, serviços e programas.	Auxiliar na execução dos serviços.
26	Vejo de forma muito importante, pois tudo que é avaliado, da o norte para melhorar a execução das ações, projetos e serviços.	Auxiliar na execução das ações e Serviços.
27	Em branco.	
28	Em branco.	
29	De suma importância.	
30	Em branco.	
31	É de suma importância para observar até como anda a questão da assistência social (impacto no município).	Visualizar a assistência social no município.
32	Em branco.	
33	Imprescindível.	Imprescindível.

ANEXO 06. SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA QUESTÃO 14

Questão 14	Quais as principais dificuldades para a implantação da vigilância socioassistencial no seu município?
------------	---

Entrevistado	Respostas	Categorias abordadas.
1	Em branco.	
2	Recursos financeiros para pagamento das equipes da vigilância socioassistencial.	Recurso financeiro.
3	Falta de recursos humanos, para o exercício da função.	Recursos humanos.
4	Em branco.	
5	Recursos humanos - Profissionais efetivos ou específicos para a função.	Recursos humanos.
6	A maior dificuldade é a falta de conhecimento sobre as atribuições do conselho de Assistência Social e a falta de compromisso dos membros do conselho.	
7	Em branco.	
8	É encontrar pessoas que faça o trabalho sem ter intervenção do gestor (Prefeito).	Recursos humanos; Independência da equipe.
9	Falta de recursos humanos específico com formação adequada para gerir a vigilância, estrutura e exigir com punição dos municípios.	Recursos humanos; Ser obrigatório.
10	Dificuldades de estruturação, recursos humanos e se tornar uma determinação para os municípios implantarem.	Recursos humanos; Ser obrigatório; Material permanente.
11	O custeio dos recursos humanos para compor a equipe.	Recursos humanos.
12	Em branco.	
13	Acredito que como ainda não se trata de uma determinação federal o município ainda não executa, ou mesmo por falta de conhecimento dos gestores, ou ainda por não querer ter mais gastos já que exige recursos materiais e humanos.	Ser obrigatório; Falta de recurso financeiro.
14	Compreensão da importância; Ausência de técnicos especializados; dificuldade de contratação.	Recursos humanos; Não saber a importância.
15	Em branco.	
16	Em branco.	
17	Orçamento para contratação dos profissionais, infraestrutura e etc.	Recurso financeiro.
18	Em branco.	

19	A questão de estruturação física e humana, em virtude de algumas barreiras burocráticas.	Recursos humanos; Estrutura.
20	Interesse do gestor para capacitar profissional especializado e efetivar o serviço.	Interesse do gestor.
21	Recursos Humanos, e muitas vezes falta interesse do gestor municipal.	Recursos humanos; Interesse do Gestor.
22	A organização do organograma do órgão gestor e o entendimento dos gestores quando a importância da vigilância.	Não saber da importância.
23	Desconhecimento por parte da gestão sobre a importância da mesma.	Não saber da importância.
24	Falta de Pessoal e os municípios já ultrapassaram o limite de pessoal previsto pela lei de responsabilidade fiscal.	Recursos humanos; Lei de reponsabilidade fiscal.
25	Espaço físico e recursos humanos.	Recursos humanos; Estrutura.
26	Profissionais capacitados.	Capacitação.
27	Em branco.	
28	Falta de recurso para contratar recurso humano.	Recurso financeiro; Recursos humanos.
29	O percentual para contratar profissionais não permite a formação e contratação de vigilância socioassistencial.	Recurso financeiro; Recursos humanos; Lei de responsabilidade fiscal.
30	Equipe qualificada.	Capacitação.
31	Falta de recursos humanos; sensibilização por parte dos gestores para implantação até porque os mesmo não são capacitados para compreender a importância socioassistencial.	Recursos humanos; Não saber a importância.
32	Em branco.	
33	O próprio cotidiano de trabalho que prioriza as demandas emergentes e imediatas.	

ANEXO 7. SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA QUESTÃO 15

Questão 15	Dentro do município, qual a contribuição que a Vigilância Socioassistencial pode trazer?	
Entrevistado	Respostas	Categorias abordadas.
1	Em branco.	
2	Melhor planejamento da política de assistência social.	Planejamento da Política.
3	Acredito que com a implantação da vigilância socioassistencial no município, poderemos planejar as ações de acordo com as demandas apresentadas.	Planejamento das ações.
4	Em branco.	
5	Identificar, acompanhar, monitorar as ações possibilitando intervenções e melhorias na realidade do município.	Melhoria nas intervenções.
6	Melhorar a execução dos recursos financeiros dentro das propostas de atendimentos dos programas, projetos e serviços.	Melhor distribuição dos recursos financeiros.
7	Diversas, começando pelo diagnóstico até os atendimentos direcionados são de extremo valor para o seu desenvolvimento.	Atendimento direcionados.
8	Se de fato acontecer na prática, saindo do papel ajudará a cobrar do gestor municipal uma assistência de mais qualidade.	Assistência com maior qualidade.
9	Contribuir para efetivação do caráter preventivo e proativo voltando para a Política de Assistência Social; É fundamental para o planejamento dos serviços, programas e benefícios contemplando informações fidedignas para que as ações atendam as necessidades das demandas.	Efetivação da prevenção; Planejamento das ações.
10	Apoio às atividades de planejamento, disseminação de informação e por contribuir para efetivação do caráter preventivo e proativo da Política Nacional de Assistência Social.	Planejamento das ações; caráter preventivo.
11	Pode trazer uma contribuição fundamental.	
12	Fortalecimento da Rede socioassistencial.	Fortalecimento da Rede.
13	Mapear e identificar situações e localidades que se encontram em vulnerabilidade e/ou risco e planejar ações estratégicas de superação das mesmas.	Mapear as situações de vulnerabilidade; Planejamento das ações.

14	Aprimorar os serviços, programas, projetos e benefícios; Realidade e oportunidades.	Aprimorar a Política.
15	Ele consegue materializar as ações, serviços e programas desenvolvidos, permitindo a compreensão de agir e intervir nas prioridades encontradas nas políticas, em especial a de assistência social já que é o foco.	Materializar as ações.
16	Em branco.	
17	Como estamos em processo de implantação, posso afirmar que será de grande importância, pois será uma forma de sistematizar, conhecer a realidade local, nos seus diferentes aspectos. Contribuindo assim para uma melhor execução da política de assistência social.	Sistematizar; Auxiliar na execução da Política.
18	A realização do diagnóstico socioterritorial.	Diagnóstico.
19	Contribuirá na organização dos dados e indicadores, para que assim as ações preventivas sejam realizadas de forma contínua e sistemática.	Organização dos dados; Ações preventivas.
20	Muito importante para o reconhecimento da demanda para melhor aplicabilidade das políticas sociais; Conhecer a realidade na busca de serviços através do mapeamento dos indicadores.	Conhecimento das demandas; Conhecimento da realidade.
21	De grande relevância pois com a vigilância ela me dará o perfil do meu usuário e da demanda avaliando e monitorando os dados, com isso minhas ações terão mais resultado e direcionamento.	Dará o perfil dos usuários e demandas; Ações direcionadas e efetivas.
22	O melhoramento e a avaliação em nível municipal no âmbito desta política.	Aprimoramento ;Avaliação da Política.
23	Um melhor envolvimento dos problemas do município no âmbito social.	
24	Subsidiar a intervenção.	Subsidiar a intervenção.
25	Muitas como exemplo: acompanhamento das famílias mais eficaz, elaboração de diagnóstico da realidade, elaboração de planos de ação e etc.	Melhor acompanhamento das famílias; Diagnóstico da realidade; Plano de ação.
26	Monitoramento das ações.	Monitoramento das ações.
27	Em branco.	
28	Em branco.	
29	Uma melhor resposta e resultado das ações.	Melhor resposta das ações.
30	Pode nos auxiliar na elaboração de políticas públicas.	Elaboração das Políticas Públicas

31	Potencialização dos serviços através do planejamento das atividades que serão desenvolvidas na política de assistência social.	Planejamento das atividades; Potencialização dos serviços.
32	Em branco.	
33	Importante instrumento de gestão e controle social.	